

ATA N.º 2/2015

-----A Assembleia Municipal de Sertã reuniu, no Auditório José Matias Correia - Edifício da Junta de Freguesia de Cernache do Bonjardim em Sessão Ordinária, nos termos da Lei nº 75 de 12 de setembro de 2013, para deliberação sobre os assuntos constantes na Ordem de Trabalhos, no dia vinte e cinco de abril de dois mil e quinze pelas 10 horas, presidida por Alfredo Manuel Pereira Geraldês Dias, auxiliado pelos secretários Susana Margarida Farinha André e Luis Martins Ribeiro.

-----**Presidente da Assembleia:** Deu as boas vindas a todos os presentes informando que a Sessão vai ser iniciada com o ponto 1.2, nesse sentido foi acordado com os Senhores Deputados o tempo para realizarem as suas intervenções.-----

-----**1.2 – “Sessão Solene Comemorativa do 25 de abril”.**-----

-----**Diamantino Pina (PSD):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo I).-----

-----**Gracinda Marçal (PS):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo II).-----

-----**António Guerra (CDS):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo III).-----

-----**Márcia Nunes (PSD):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo IV).-----

----- **Presidente da Assembleia:** Após as intervenções dos Senhores Deputados, propôs um aplauso e deu por encerrada a “Sessão Solene Comemorativa do 25 de abril“.

-----Seguidamente feita a chamada verificou-se a existência das seguintes presenças: Alfredo Manuel Pereira Geraldês Dias, José Luis de Moura Martins Jacinto, José Paulo Barata Farinha, Susana Margarida Farinha André, João Carlos Silva Almeida, Carlos Alberto Miranda, António José Lopes Simões, Márcia Filipa Caldeira Nunes, Cristina Alexandra dos Reis Nunes, Luis Martins Ribeiro, Nuno Pedro Leitão da Costa Melo, Álvaro Fernando Carvalho Monteiro, Raquel Sofia Dias Fernandes Peres Horta Antunes, José Luis Eugénio Lopes, Cristina Maria Farinha S. Dias, Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira, Patrícia Alexandra Mendes Cadete, Maria de Lourdes P Matos, António Manuel Cruz Oliveira Guerra, José Joaquim Nunes Mendes, Ângelo Rosa da Costa, Ramiro Alves da Silva, Joaquim José Costa dos Santos, Paula Maria Martins Fernandes, Diamantino Pires Calado Pina, Pedro José Fernandes Vitorino Coelho, Amadeu Antunes Fernandes, Manuel Francisco

ACTA DA REUNIÃO DE 25 / 4 / 20 15



Antunes Dias, José da Silva Nunes, Manuel Nogueira Figueiredo e Maria Gracinda Lourenço Marçal.- -----

Pediu a suspensão do mandato que foi apreciada e aceite o deputado municipal: -----
 Senhor Paulo Jorge António Martins Ferreira, (PS) por um dia, tendo sido substituído pela deputada
 Cristina Maria Farinha S. Dias. -----

-----1 - PERÍODO DE “ANTES DE A ORDEM DO DIA”-----

-----Presidente da Assembleia: Declarou haver quórum e abriu a sessão.-----

Deu as boas vindas a todos os presentes, agradecendo em especial ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais e a todos os que colaboraram na organização desta sessão. -----

-----1.1 – Informações sobre o expediente da Assembleia Municipal. -----

Agradeceu os convites recebidos para esta Assembleia Municipal estar presente em diversos eventos. De imediato colocou à votação a ata da Sessão realizada no dia 28 de fevereiro de dois mil e quinze, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade não participando na votação os Senhores Deputados Cristina Maria Farinha S. Dias, António Manuel Cruz Oliveira Guerra, Maria de Lourdes P. Matos, Susana Margarida Farinha André, por não terem estado presentes na mesma Sessão. -----

-----1.3 – Apreciação de Assuntos de Interesse para o Município. -----

-----Raquel Antunes (PSD): Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo V).-----

-----António Guerra (CDS): Prosseguindo a sua intervenção congratulou-se com a realização da Romaria São Nuno de Santa Maria. Esteve atento ao evento e à sessão solene onde foram expostas que as potencialidades do concelho seriam a exploração florestal e o turismo religioso, esperando que esta última se enraíze em Cernache do Bonjardim. Para isso terão que existir infraestruturas, possuímos potencial, devemos desenvolver as belezas das albufeiras. A sua intervenção vem no sentido de fazer alguns reparos que são pertinentes e de interesse para o Município e para Cernache do Bonjardim que comemorou festejos do Santo nascido naquela vila, Sucedeu que após visualizar as imagens apresentadas pela TVI, estranhou que a vila de Cernache do Bonjardim tenha sido pouco divulgada, nomeadamente a albufeira de castelo de bode, quanto ao palco estava de costas para a vila de Cernache do Bonjardim. -----

A propósito da E.N.238 é uma infraestrutura fundamental, não só para o desenvolvimento do turismo como também para a economia da freguesia e do concelho. Importa ainda referir a falta de alojamento, um parque de campismo, um mercado, uma ciclovia, porquanto estes festejos são importantes mas Cernache do Bonjardim, tem que ter infraestruturas para evoluir. -----

-----**Joaquim Mendes (PSD)**: Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo VI).-----

-----**Carlos Miranda (PS)**: Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo VII).-----

-----**Nuno Melo (PSD)**: Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo VIII).-----

-----**Álvaro Monteiro (PS)**: Iniciou a sua intervenção agradecendo ao Senhor Presidente da União de Freguesia de Cernache do Bonjardim Nesperal e Palhais por receber esta sessão, que este dia 25 de abril seja não só um dia de liberdade , mas mais um dia a acrescentar à liberdade .-----

Recomendou ao Senhor Presidente da Assembleia que solicitasse aos Senhores Deputados que as intervenções de fundo fossem escritas e entregues na mesa de modo a quem o deseje possa confrontar na sessão seguinte, dado que vêm anexas à ata.-----

Requeriu ainda ao Senhor Presidente da Assembleia que solicitasse ao Senhor Presidente da Câmara cópia do seguro de acidentes pessoais que os deputados têm direito nos termos do art.º 18 nº 2 alínea g) do Regimento da Assembleia Municipal, solicitando igualmente cópia do Relatório da Inspeção Geral de Finanças.-----

Continuou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo IX).-----

-----**Presidente da Assembleia**: Relativamente às intervenções de fundo por escrito partilhou da opinião do Senhor Deputado Álvaro Monteiro. Pedindo na possibilidade de que as intervenções mais longas fossem escritas, naturalmente facilita uma clareza no que os deputados expressam e será apresentada em ata, no entanto só eles o podem decidir.-----

Quanto aos requerimentos apresentados os documentos serão entregues logo que disponíveis.-----

-----**José Luis Jacinto(PSD)**: Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo X).-----

-----**António Simões (PSD)**: Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo XI).-----

-----**Maria de Lurdes Teixeira (PSD)**: Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo XII).-----

-----**Diamantino Pina (PSD)**: Continuou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo XIII).-----

ACTA DA REUNIÃO DE 25/4/2015

-----Presidente da Câmara Municipal: Cumprimentou o Senhor Presidente da União de Freguesia de Cernache do Bonjardim Nespéral e Palhais , todos os presentes e os que colaboraram na organização desta sessão da Assembleia Municipal.-----

Respondendo às questões que lhe foram colocadas, informou o Senhor Deputado António Guerra, no que diz respeito à transmissão de imagens não dependeu da Câmara Municipal. A TVI filmou vários locais e fez a escolha do que deveria apresentar. Quanto à albufeira de castelo de bode é um processo que estamos a acompanhar queremos rentabilizar, tanto a albufeira como o rio Zêzere. Deu conta que a albufeira foi o local escolhido pelas suas potencialidades para a realização do campeonato nacional e mundial “ World Championships” 2015 em wakeboard em junho e em setembro respetivamente. Vai ainda ser criada a 1ª estância não só no concelho da Sertã, mas nos concelhos banhados pela albufeira e pertencentes à Comunidade Intermunicipal Médio Tejo. Sobre à E.N. 238 referiu que não ser possível até 2020 era ser pessimista. O processo não parou, estando prevista na próxima semana a visita do Senhor Diretor das Estradas de Portugal no sentido de ver qual intervenção que poderá ser feita. Agradeceu a sugestão do Senhor Deputado José Luis Jacinto, uma estrada panorâmica fazia sentido, embelezava as envolventes, seria oportuna. Sobre os projetos em vista para a União de Freguesia de Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais são: E.N.238, Vale da Ursa (estalagem), Hotel Foz da Sertã, parque de campismo, mercado municipal, parque desportivo. Entende que são projetos necessários, é a 2ª freguesia do Concelho da Sertã e o rio Zêzere tem potencial e queremos aproveitá-lo.-----

O Senhor Deputado Carlos Miranda falou nas diferenças entre o litoral e o interior que são bastante notórias. Recentemente foram criados os territórios de baixa densidade onde o Município da Sertã se inclui, vão ter uma discriminação positiva em termos de percentagem em candidaturas que forem elaboradas, de forma a equilibrar a diferença existente. Nós, a ANMP, o governo está a tentar encontrar esse equilíbrio. Não podemos falar como se Portugal fosse um país rico, sabemos que o não é neste momento, porque existiu má gestão. As potencialidades não foram aproveitadas. O Senhor Deputado referiu-se ainda à floresta; investiu-se num projeto na Zona Industrial da Sertã, em mais de 2 milhões de euros para a valorizar, foram criadas as Zonas de Intervenção Florestal com novas regras melhora a floresta. E também o Município da Sertã reclamou relativamente ao novo quadro comunitário porque estava esquecida a parte fundamental que é a madeira. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Álvaro Monteiro, quanto à aquisição de terrenos não temos necessidade de sonegar seja o que for. Tínhamos quantia suficiente antes do reforço da verba para adquirir os terrenos, no entanto o saldo de 2014 tinha que ser lançado em determinadas rubricas. Ainda quanto ao terreno para a construção do Centro de Saúde informou que a escritura ainda não foi elaborada porque os documentos ainda não se encontram concluídos.-----

Ao Senhor Deputado José Luis Jacinto agradeceu o contributo para o livro “ História da Sertã “ e faz sentido a Rota Santo Condestável. -----

Agradeceu à Senhora Deputada Lurdes Sequeira o convite para estar presente na festa das sopas realizada pela Associação de Pais e Amigos dos Escuteiros. Por fim não podia deixar de fazer um agradecimento público às entidades e população em geral que tornaram possível a realização da 3ª Edição da Romaria de São Nuno de Santa Maria.-----

-----2 – PERÍODO DE “A ORDEM DO DIA”.-----

-----2.1 – **Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira.**-----

-----**Manuel Dias (PS):** Iniciou a sua intervenção alertando para a urgência em conservar o pinheiro bravo, dado que daqui a uma década é uma espécie em vias de extinção. Não é da competência da Câmara Municipal, mas deve pressionar junto do Governo Central para que se criem regras na plantação de outras espécies. Deve influenciar os produtores florestais para que tenhamos uma floresta sustentável a médio prazo. E ainda à sensibilização dos mesmos para a remoção dos sobrantes florestais após o corte. -----

Por fim prestou um agradecimento à Câmara Municipal da Sertã, pelo apoio prestado nas Comemorações do Dia da Freguesia de Pedrogão Pequeno. -----

-----**Diamantino Pina (PSD):** Regozijou-se pela cedência do edifício escolar do Valongo ao Centro Social São Nuno de Santa Maria e no seguimento solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que fossem encetadas diligencias no sentido de que o edifício escolar da Tira –Palhais que está em degradação, fosse também cedido a alguma Associação. -----

Louvou a postura da Academia Sénior da Sertã pela homenagem feita no dia Mundial da Floresta e do Dia Mundial da Poesia ao sobreiro bicentenário do Club Bonjardim. Esta Academia já nos habituou ao seu espírito solidário manifestado pela peregrinação à Romaria São Nuno de Santa Maria. -- -----

Prestou um agradecimento ao pelouro da cultura da Câmara Municipal da Sertã pela realização da terceira exposição de quadros de Túlio Vitorino e Tito Vitorino, dois grandes vultos da vila de Cernache do Bonjardim.-----

-----**João Carlos Almeida (PSD):** Iniciou a sua intervenção congratulando-se com a divulgação do concelho mais propriamente a Romaria de São Nuno de Santa Maria. Realçou a abertura do Seminário das Missões ao evento, está classificado mas precisa de alguma parceria para que seja rentabilizado, muita gente desconhecia os 33 hectares nas traseiras do monumento. A


 ACTA DA REUNIÃO DE 25 / 4 / 2015

divulgação feita para o exterior através da TVI foi excelente, o concelho da Sertã tem um enorme potencial. -----

Apresentou os parabéns pelos projetos: “Tradições de Celinda” que está a ser dinamizado pela Associação de Produtores da Sertã (AproSer), cujo objetivo é não deixar morrer tradições artesanais e gastronómicas; Startup Pirates programa internacional de empreendedorismo que teve lugar entre os dias 21 e 28 de março, na Incubadora Empresarial da Sertã (InSer) . As Flores de Esteva foi o projeto premiado com a viagem à China; à atividade Maratona Selinda BTT 2015 fez parte do Troféu Maratonas da Beira Interior ; e por fim à realização do karting que irá regressar aos circuitos urbanos a 20 de junho, desta feita na Vila da Sertã. -----

2.2 – Apreciação, discussão e votação da “Projeto regulamento de venda e aquisição de lotes nas zonas industriais do concelho da Sertã ”;-----

-----**Diamantino Pina (PSD):** Usou novamente da palavra questionando o Senhor Presidente da Câmara qual é o preço do m² do terreno? Sugerindo que fosse a € 5,00 o m², sendo a melhor maneira para atrair os investidores. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Relativamente ao preço do m² do terreno, informou que continua como o que foi proposto . Existem exceções no regulamento. Se for interesse municipal é avaliado pelo município e pode ser considerado outro valor. Também temos incentivos para as empresas e não será pelo valor do m² do terreno, que os empresários não investem.-----

Posta à votação a proposta foi Aprovada unanimidade com 29 votos -----

2.3 – Apreciação, discussão e votação do “ Projeto regulamento de apoio às iniciativas empresariais e económicas“ -----

Posta à votação a proposta foi Aprovada por unanimidade com 30 votos-----

2.4 – Apreciação, discussão e votação do “ Relatório e Contas - 2014“-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Fez uma apresentação sucinta ao Relatório de Gestão, enunciando os principais pontos designadamente: Evolução dos indicadores de gestão; Evolução da estrutura da receita e despesa; Evolução da situação económica e financeira tendo por base o balanço e demonstração de resultados. -----

-----**Álvaro Monteiro (PS):** Continuou a sua intervenção apresentando declaração de voto do Grupo Municipal do Partido Socialista que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo XIV). -- -----

-----**João Carlos Almeida (PSD):** Continuou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo XV). -----

Posta à votação a proposta foi Aprovada por maioria-----

----- 23 - A Favor----- 2 Abstenções-----6- Contra-----

-----3 - Período destinado ao Público:-----

-----Eduardo Patrício – Cernache do Bonjardim - Felicitou todos os presentes nomeadamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela continuidades da descentralização das sessões da Assembleia.-----

Referiu que a sua intervenção nesta sessão vem no sentido da necessidade da vila de Cernache do Bonjardim ter uma praça de táxis digna. Sugerindo uma área no centro da vila que pertence a um particular junto aos correios, local agradável que poderia acolher a praça de táxis e ainda ser estacionamento da Rodoviária, seria a solução para o problema.-----

-----Virgílio Cadete – Cernache do Bonjardim - Iniciou sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo XVI).-----

-----João Pedro Nunes – Cernache do Bonjardim - Iniciou sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo XVII).-----

-----Adelino Reis e Moura – Sertã – Como capitão de abril deixou o seu testemunho de satisfação e de alegria pelo gesto heroico e grandioso dos capitais de abril que trouxeram para Portugal um viver em democracia. Entendeu que houve erros mas foi incontornável a grandeza do 25 de abril. Só quem não viveu nas ruas, nos campos a dignidade de um povo oprimido durante 40 anos, poderá estar contra este gesto grandioso – vivam os capitães de abril, viva o 25 de abril, abril sempre.

-----Manuel Marçal – Palhais - Iniciou sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo XVIII).-----

-----Presidente da Assembleia: Manifestou agrado pela presença de público em Cernache do Bonjardim. Pelo grande número de intervenções de diferentes gerações e conteúdos distintos.-----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu a Sessão por encerrada pelas 14 horas agradecendo a todos os presentes.-----

Da sessão eu, Fátima Piedade Carreiro Folgado Fernandes, lavrei a presente ata, aprovada em minuta por unanimidade, e que vai ser assinada.-----

-----O Presidente da Assembleia, Alfredo Dew-----

-----O Assistente Técnico, Fátima Folgado Fernandes-----



Ata nº 2/2015

Anexo I



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril

Comemora-se hoje o 41.º Aniversário do 25 de Abril. Onde estava eu em 1974?

Cheguei de bicicleta para as aulas no I.V.S., no Largo da Igreja a alegria era contagiante, não foi novidade para mim, pois graças ao Prof. José dos Santos, erradicado do ensino público e vindo para o privado, já me tinha contagiado com as suas brilhantes palestras antifascistas e também a revolta das Caldas fez-me perceber por perto que o governo não poderia aguentar-se mais tempo.

Não houve aulas, tenho bem na memória visual a alegria de todos os alunos e professores, enquanto outros mas poucos não acreditavam na revolta dos Capitães.

Em Cernache do Bonjardim relembra-se e celebra-se o 25 de Abril, mas também se vive e se sente com intensidade o espírito desta data histórica. Nesse dia, decorridos 41 anos, Portugal conquistou a liberdade e iniciou a construção do grande edifício da democracia.

Viver Abril também é relembrar o Poder Local como um dos maiores pilares da democracia. Esta grande conquista de Abril, se não a principal, tem sido um dos motores do processo de modernização e desenvolvimento de Portugal. As autarquias, Municípios e Juntas de Freguesia exercem uma magistratura de proximidade, promovem projectos de interesse local, estão junto das populações, são o seu porto de abrigo e por vezes são o apoio de várias famílias, com empenho, trabalho, dedicação e vontade, tem sido possível elevar todos os índices socioeconómicos, transformando-os em mais e melhor qualidade de vida para com os concidadãos do nosso Concelho.

No poder ou na oposição, todos têm o imperioso dever de contribuir para que o nosso Concelho cresça de forma sustentada, se torne mais atractivo e mais competitivo. Todos temos que estar empenhados nos superiores interesses das nossas terras e nunca devemos estar ao serviço de desígnios meramente político-partidários.

A Contribuição de todos os agentes de desenvolvimento local, autarquias, instituições, associações, empresas e famílias, encontrando-se interligadas contribuirão para continuar a construir o nosso Concelho cada vez mais atractivo, moderno e competitivo.



A democracia participativa é a porta que se abre para que todos e cada um dê o melhor de si e saiba colocar os objectivos colectivos em primeiro lugar e saiba privilegiar a união de esforços em detrimento de querelas estéreis e inconsequentes em prol e benefício do nosso Concelho.

Viver hoje Abril é relembrar o que havia na época e o que existe hoje, tudo diferente, quase tudo muito melhor, a saída do povo à rua foi o levantar do véu e a abertura do caminho dos partidos políticos, às eleições livres, por isso o quase não é completo, sentimos um povo cansado dos partidos políticos, descrente da importância da sua própria participação política, afastado dos atos eleitorais que tanto desejou e pelos quais tantos arriscaram a vida e alguns a perderam, tudo porque nem todos os objectivos do 25 de Abril foram conseguidos e permitam-me que relembre uma frase de meu falecido Pai que dizia várias vezes “o dinheiro é a guerra do mundo inteiro”.

A atividade politico-partidária tem que ser servir e não servir-se, se não a descrença aumenta, o cansaço aumenta, homens e mulheres desesperam porque assistem à incapacidade dos partidos políticos construírem soluções e manterem desigualdades abismais.

Hoje que celebramos Abril é dia de dizer a quem nos governa, a quem nos quer governar que tem a obrigação de dar o exemplo, tem a obrigação de nos fazer acreditar ainda mais em Abril.

Festejamos Abril unindo forças, superando diferenças e fazendo do trabalho, da competência, da honestidade e da solidariedade o bem estar dos nossos vindouros.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Cernache do Bonjardim, 25 de Abril de 2015

Diamantino Calado Pina



Ata nº 2/2015

Anexo II

Anex



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmas. Sras. Deputadas e Deputados

Exmo. Senhor Presidente da Câmara

Exmos. Srs. Vereadores

Publico em geral

Comunicação Social

25 DE ABRIL – DIA DA LIBERDADE

Início esta intervenção, transcrevendo denúncia que deu entrada na PIDE em 18 de Outubro de 1971: "Proc. 312/71. Foi detida em 22-6-71 e solta em 23-6-71. Ex. Senhor: Faço comunicar deste modo, que a aluna do 3º ano do curso de Biologia, da Faculdade de Ciências de Lisboa, Ana Maria Vieira, necessita de ser vigiada, porque é um elemento perigoso, para o bom funcionamento da vida académica da Faculdade.

Realiza reuniões com um grupo de colegas políticos que não é conhecido...

Seria bom que a vigiassem, para que este ano seja um ano mais normal que o anterior e assim melhor para todos. Esta senhora, já esteve uns dias detida para interrogatório, aquando da boicotagem de exames em Junho passado, nesta Faculdade, coisa aliás organizada por ela entre outros.

As suas reuniões são altamente suspeitas, como as suas ideias, e devem ser feitas em sua casa...

Pelo nosso bem estar político e a bem da Nação, devem tomar providências." (Vasco & Cardoso, 1998, p. 61-62).

Senhoras e senhores Deputados,

Era assim...

Os remotos arquivos da PIDE relatados por autores como Nuno Vasco, em "A Bem da Nação", elucidam-nos sobre os tempos do anterior regime e toda a sua política. O medo, a tortura física e psicológica de alguns, levavam à opressão de muitos. E como refere Óscar Cardoso: "Os arquivos da PIDE dariam «pano para mangas»." (p.53).

Apesar de ser uma época em que se registaram algumas alterações teóricas, a verdade é que na prática viveram-se verdadeiros constrangimentos, nomeadamente por uma classe feminina, sem poder de opinião, sem qualquer posição de manifesta autonomia. Senão vejamos:

No início do sec. XX, começam a surgir associações feministas, em luta por uma igualdade de direitos a vários níveis.



Apesar das suas lutas constantes e quase no anonimato, o seu resultado demonstrava apenas descrença e desilusão, numa sociedade oprimida e instruída com a ideia de se entender a mulher como um objeto funcional de criar e educar, o regime enquadrava-as apenas na religião e na devoção pela Pátria.

Eram poucas, as que tinham direito ao ensino, e essas, no seio de uma associação, e na tentativa de conquista do seu próprio estatuto, viam-se, na maioria das vezes, traídas, acabando apenas por servir “partidos” que necessitavam de propaganda.

Durante o Estado Novo (1933-1974), apesar das diversas tentativas de emancipação da mulher no seio de diferentes associações feministas, toda a experimentação vivida por tais grupos, foi se facto silenciada, abafada e ocultada pelo poder salazarista durante quase meio século.

Estas associações feministas emergiam de uma sociedade sedenta de liberdade e de igualdade de direitos, e à medida que o tempo avançava, a mulher foi conquistando o direito ao voto, mas só um grupo restrito: as mulheres emancipadas com curso secundário e superior e as de reconhecida idoneidade moral.

Só após alterações legislativas decorrentes da Constituição de 1933, permitiram o sufrágio feminino e a eleição para a Assembleia Nacional e para a Câmara Corporativa, a mulheres maiores de 21 anos, às solteiras consideradas independentes economicamente, às casadas detentoras de diploma secundário ou que pagassem contribuição predial e às chefes de família.

É certo que, o enorme esforço para manter a mulher no seu lugar de servidora no amor de “Deus, Pátria e Família”, acabou por deixar extravasar o seu âmbito, levando a uma luta constante pela liberdade e afirmação da mulher no seu dia-a-dia.

Tal luta, é mais evidente a partir de 1934, com o aparecimento de várias Associações Feministas, donde destaco, a “Mocidade Portuguesa Feminina”, o “Movimento Nacional Feminino”, e o “Movimento Democrático das Mulheres”.

A Mocidade Portuguesa Feminina orientada para a formação moral, religiosa e nacionalista das jovens, agrupando as suas actividades em três grandes ramos: formação feminina, educação física, iniciação artística.

O Movimento Nacional Feminino teve uma acção de intervenção como organização de suporte do Estado Novo, voltada para a organização das mulheres em torno do apoio à Guerra Colonial, em particular quando o conflito em Angola, Moçambique e Guiné se intensificou.

O Movimento Democrático das Mulheres, destacou-se em força a partir de 1968, pela luta por melhores condições de trabalho e aumento de salários, direitos das mulheres e crianças, estendendo-se mesmo a lutas e reivindicações contra a guerra colonial e uma forte resistência política contra o fascismo.

No seu 1º Encontro Nacional em 1973, aprova um caderno reivindicativo, no qual, exigia a libertação de mulheres presas políticas, o fim das discriminações das mulheres no trabalho, a



implementação do parto psico-profiláctico, denunciando também as desigualdades na educação.

Foi uma das mais importantes associações semi-clandestina incluindo uma faixa juvenil que contribuiu para a revolução na madrugada do 25 de Abril de 74.

Naquela madrugada, quantos homens e mulheres sob a clandestinidade, participaram na transição para a LIBERDADE.

Quando lemos e ouvimos os relatos daqueles que a viveram, sentimos como que, a libertação de um povo ostracizado.

Libertação imediata dos presos políticos, libertação dos preconceitos alimentados por um regime que tinha acabado de cair.

A simples liberdade de uma mulher tomar um café ali ao lado à hora que lhe apetecesse.

Era de facto o renascer de muitas mulheres que se escondiam na clandestinidade.

O dia da liberdade devolveu-lhes a casa, os amigos, a família – a vida.

E muitas foram essas mulheres que seguiram o seu percurso político, participando em manifestações, fazendo parte de comissões de sindicatos e apresentando reivindicações de âmbito igualitário a todos os níveis.

Nunca poderemos olvidar que, a Revolução trouxe ao povo e à nossa geração a abolição das restrições baseadas no sexo em relação à capacidade eleitoral, à participação e à liderança na vida política.

Se há 40 anos atrás, a mulher era inferiorizada e oprimida, hoje “Ela” é líder, com um perfil determinado, lutadora, responsável, sensível mas compreensível, com bom senso, comunicativa e aglutinadora.

Certamente que o exemplo que hoje, nós mulheres da política deixarmos às gerações futuras, será um exemplo de opção livre, mas sempre orientada por uma liberdade responsável e madura.

Que a revolução do 25 de Abril de 1974, que muitos de nós não vivemos, mas que ouvimos relatos carregados de sentimento, não seja algo banal e apenas histórico, mas que nos ajude a reflectir sobre um passado recente, o presente, em Portugal e no futuro.

Jamais esqueçamos que comemorar Abril é resistir, é continuar a lutar, só o podendo verdadeiramente festejar quem continuar a persistir nos seus valores e ideais de transformação e mudança.

Jamais esqueçamos que comemorar Abril é mantermos, sempre, vivo o nome liberdade que Miguel Torga um dia saboreou e que tão bem retratou, assim:





*"Liberdade, que estais no céu...
rezava o padre-nosso que sabia,
A pedir-te, humildemente,
O pão de cada dia.
Mas a tua bondade onnipotente
Nem me ouvia.
Liberdade, que estais na terra...
E a minha voz crescia
De emoção.
Mas um silêncio triste sepultava
A fé que resumava
Da oração.
Até que um dia, corajosamente,
Olhei noutro sentido, e pude, deslumbrado,
Saborear, enfim,
O pão da minha fome.
Liberdade, que estais em mim,
santificado seja o vosso nome."*

Liberdade Sempre!

Maria Gracinda Marçal



Ata nº 2/2015

Anexo III

ANEXO III



Intervenção do Deputado Municipal António Manuel Guerra
nas Comemorações Municipais do 41º Aniversário do 25 de Abril



Senhor Presidente da Assembleia da Municipal da Sertã

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Sertã

Senhores Membros do Executivo Camarário

Senhores Deputados

Senhores Convidados

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Uma vez mais, é num contexto histórico marcante que se assinala o 41.º aniversário do 25 de abril de 1974.

Por hábito e dever, recordamos a dádiva cívica que essa data significou. Devemos fazê-lo hoje também.

É verdade que a revolução foi o resultado de um descontentamento profundo e generalizado, e é ainda verdade que o período que imediatamente se lhe seguiu revelou dúvidas e divisões: cometeram-se vários excessos, nenhum deles tão nefasto como a desnecessária polarização social e irresponsabilidade económica, que adiaram por vários anos o início do verdadeiro processo de abertura, modernização e democratização do nosso país.

Porém, nada disso é o que nesta oportunidade, à distância de quatro décadas do 25 de abril, nos cumpre assinalar: o que é essencial é que a vida em liberdade e democracia, apesar da sua extraordinária complexidade, é um bem absoluto de que não queremos abdicar.

É fácil, contudo, que, numa democracia madura e consolidada, confiante e segura, a defesa da liberdade resvale para uma celebração abstrata e repetitiva. Só assim não será se assumirmos a obrigação de discutirmos sempre o que pretendemos de concreto com essa liberdade de que somos depositários.

A liberdade é um exercício dinâmico, permanente, e do 25 de abril não saiu um conceito fechado. Ela não serve para benefício dos que fizeram a



Revolução, mas de todos os portugueses, quer os que dela foram contemporâneos, quer os que lhes sucederam e sucederão.

Cada circunstância histórica tem os seus desafios e os seus problemas, que exigem soluções próprias. É dever de cada geração fazer um uso da liberdade que responda ao seu tempo, sem ficar presa às discussões e aos preconceitos do passado.

Percorremos já desde o 25 de abril tanto tempo quanto o que durou o Estado Novo e vivemos num mundo decisivamente distinto do dos anos 70.

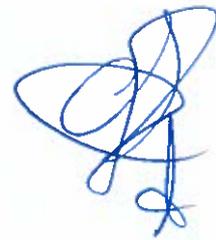
As esquerdas e as direitas de 2015 não podem pensar como as de então. O respeito e a coerência com os princípios e o espírito da mudança de há quatro décadas não significam uma adesão “cega” aos temas e aos termos da discussão política desse tempo.

Somos, por vezes, confrontados com manifestações vindas de quem viveu e protagonizou a rutura de 1974, de desagrado com o rumo das opções políticas presentes. Dizem-nos, como se falassem ainda ao abrigo de uma difusa legitimidade revolucionária, que não foi para certas opções dos portugueses de hoje que se fez o 25 de abril.

Mas a liberdade, por natureza e definição, não tem proprietários. E a democracia, por razão de ser, não tem amos nem príncipes. **O ÚNICO SOBERANO É E SERÁ SEMPRE O POVO.**

Aqueles que se desiludem e ofendem com o uso que os portugueses fazem da liberdade que lhes foi legada desrespeitam o alcance da sua própria conquista. E cometem o erro da soberba: uma soberba intelectual, cultural e geracional que é, ela sim, a negação da liberdade e da democracia.

Esta é também uma casa da liberdade e da democracia, e é nela que também devem ser celebradas.



Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Que fique claro, o 25 de abril tem autores mas não tem donos. Permite leituras mas não permite chantagens. Fez-se pela liberdade de todos e não para o pensamento único. Tem memórias mas não deve ter manipulações.

Quem dá certificados para cada um de nós estar aqui é o povo soberano, não uma associação ou um político em especial.

Pois, tal como no 25 de abril, também hoje vivemos tempos de mudança e este não deve ser um tempo de divergências, venham elas de onde vierem, mas um tempo de consensos. Os nossos adversários não estão na esquerda ou na direita, mas nos fatores que nos amarraram à crise e que nos conduziram a um pedido de ajuda financeira externa – a terceira vez em quarenta anos - e consequentemente à austeridade.

É tempo de encontrar soluções, de dar esperança, e de criar oportunidades, é certo, mas com responsabilidade.

E avaliar as ideias dos últimos 41 anos não implica querer voltar ao passado; significa, bem pelo contrário, querer responder ao presente e construir o futuro, com responsabilidade e sem ilusões.

Vivemos num País em que a iniciativa económica e o emprego começam agora a sair da crise, e o Estado acabado de sair da ajuda financeira externa, com a consequente diminuição da soberania das nossas instituições e, portanto, da nossa liberdade enquanto nação independente. Foi este o legado da irresponsabilidade e das promessas ilusórias.

Esta situação obrigou-nos, no imediato, à adoção de medidas de exceção, e impôs-nos também a reorganização e o funcionamento do Estado, a hierarquia das suas prioridades e a sua relação com a sociedade.

É incontornável: os próximos anos vão requerer um esforço decisivo de concertação e de consensos sobre a atividade do Estado, no desempenho de funções essenciais que não possam, ou não devam, ser levadas a cabo



pelos particulares, e de orientação dos seus recursos para os que deles mais necessitam. Uma verdadeira sensibilidade social.

Se bem aprendermos as lições do legado de irresponsabilidade e o consequente período de emergência, é vital dotar Portugal de um Estado mais eficaz, mais justo, menos refém das conveniências de grupos específicos, mais interessado em não atrapalhar a economia do que em dirigi-la e dela se servir, e um País mais empenhado em produzir riqueza do que em gastar o que não tem.

Temos consciência de que este é um tempo em que os portugueses ainda vivem grandes dificuldades que não podemos “mascarar” e que temos que assumir como sendo de todos nós.

Somos um povo que encara “olhos nos olhos” as dificuldades, e foi sempre nestas ocasiões que Portugal encontrou oportunidades, que liderou mudanças no mundo, que se fundou como nação e que alumiou novos caminhos.

E assim foi porque nunca se confinou a qualquer tipo de fronteiras. Estas foram sempre aquelas onde a bravura da nossa gente nos quis levar, mesmo contra aqueles que desconfiavam da nossa capacidade de vencer as adversidades.

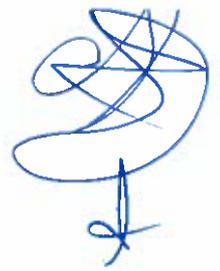
Os “velhos do Restelo” de um lado, e os “Adamastores” do outro, assumindo, antes e agora, designações menos metafóricas, nunca foram para nós obstáculo, mas antes motivação extra para provarmos que a natureza de um povo não se mede na sua dimensão geográfica.

De facto, quando parecia que não havia alternativa para a nossa gente, que não cingir-se ao pedaço de terra onde lhes era permitido nascer e morrer, foi quando o Portugal profundo, que trocou a madeira do cabo da enxada pela madeira do remo ou do leme na galé, se fez a outros mundos e com eles firmou uma cultura multirracial de iguais que permite, hoje, dar expressão a quem é filho dessa gesta, neste fórum, em liberdade.

É tempo de nos voltarmos a encontrar com esta tão nossa capacidade histórica de nos relacionarmos uns com os outros e com outros, para com eles ultrapassar as dificuldades que nos constroem, e de nos assumirmos como interlocutores privilegiados de povos.

Porque a história destas quatro décadas é também a história da dissipação progressiva dos preconceitos mútuos que há 41 anos pareciam

inultrapassáveis, depois do sempre complexo processo da independência e da descolonização que de exemplar nada tem.



É verdade que sofreremos todos, mas ainda assim não evita que possamos dizer, com particular satisfação, que **estamos juntos**.

Não há hoje, entre Portugal e os países que outrora foram suas colónias, outro tipo de relação que não tenha as características das relações entre nações soberanas e independentes. Mas não há também, felizmente, qualquer impedimento – político, ideológico ou psicológico – ao reconhecimento de uma história conjunta e de uma memória partilhada, audível e visivelmente comprovadas por uma língua comum.

A nossa visão do mundo já mostrou as suas virtudes: foi ela que fez com que um país pequeno da Europa se projetasse para além desta. Pelo que terá que ser com base nas mesmas forças, nos mesmos pressupostos, nas mesmas qualidades que deveremos encontrar caminhos.

Portugal não pode ficar refém de incertezas quanto aos caminhos que tem que percorrer, sob pena de se enlear nas dúvidas que consecutivamente se nos depararão fruto de hesitações ou tibiezas que advêm da inação. Nunca como hoje foi tão necessária coragem reformista.

Isto não quer dizer, naturalmente, que os nossos combates não sejam ponderados. **O que não nos pode faltar é a audácia que sempre nos assistiu.**

É a têmpera com que nos afirmamos, é o carácter em que nos moldamos.

Senhor Presidente,

Em resumo, os desafios de Portugal serão sempre superados por todos nós, conscientes da sua existência e que o esforço a fazer é exigível a todos, na certeza de que as vantagens serão também repartidas por todos.

Assim cada um saiba com o que contribuir para ultrapassar os obstáculos que se nos deparam.



Importa convocar os portugueses para um projeto comum, mas responsável e sem ilusões, aproveitando as nossas particularidades, e nunca esquecendo que nos encontramos num mundo global.

Portugal tem de se representar naquilo que tem de melhor, valorizando o que é seu, conservando a sua identidade, mas também criando uma marca externa de dinamismo, impondo-se como país de gente empreendedora, sem medo de falhar, sem complexos de qualquer ordem, assentando o seu futuro no esforço, no rigor e no trabalho.

Pois, a nossa solidariedade sempre uniu,

A nossa coragem sempre nos incitou,

E a nossa índole fará com que Portugal se renove.

Viva Portugal!



Ata nº 2/2015

Anexo IV

Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Srs. Vereadores,

Srs. Deputados Municipais,

Comunicação Social Presente,

Estimados cidadãos presentes e que nos escutam via Rádio Condestável,

Podia perguntar a cada um de vós onde estava no dia 25 de Abril de 1974. Boa parte de vós teria uma peça desse puzzle que é a memória do Dia da Liberdade para Portugal.

No entanto eu, com apenas 24 anos, só tenho para vos contar as histórias que me contaram: as dos meus pais. A minha mãe, no Dia da Revolução tinha apenas 16 anos e trabalhava para o saudoso Sr. Paulino, o conhecido barateiro cá do sítio. Quando a notícia chegou, em segredos e murmúrios, dizia-se que em Lisboa tinha havido uma grande revolução e o futuro estava em suspenso.

O meu pai tinha 14 anos e andava a cortar mato com o meu avô. A notícia chegou pela telefonia. E “Grândola Vila Morena” não era tão popular como agora. Diga-se que, na altura, era a voz do Comunismo. Comunismo que todos temiam. Só bem mais tarde se soube que era uma senha para a Revolução dos Cravos.

Não consigo imaginar tamanha emoção no coração dos meus pais, ou do meu avô Manuel, do Troviscal, que era um social-democrata ferrenho do tempo das reuniões clandestinas, diz a minha família. E ao pensar nos meus avós, consegui perceber a diferença que a profissão podia fazer naquela altura. O meu avô Caldeira, que era Barbeiro, ouvia muito mas não podia dizer nada. E até agradecia aos clientes que fossem ter essas conversas para outro lado.

Ele sabia que a PIDE estava em todo o lado e, mesmo não tendo posição política, tinha era de zelar pelo sustento da sua família. Era ouvir e calar.

E assim, entre a novidade do que era a democracia, o fim da guerra colonial, o nascimento de partidos políticos, a descolonização, a entrada para a CEE, o adeus ao escudo, ... Portugal chegou a 2015. E, a qualidade da sua democracia só pode ser julgada por quem é a sua base: o povo.

E agora cabe-me dizer-vos o que é, para mim, o 25 de Abril: É a melhor coisa que podia ter acontecido a Portugal, a par do 25 de Novembro!

E se hoje temos razões para festejar, mais são as razões que temos para refletir. 40 anos depois, estamos a deixar pela terceira vez os braços da Troika. O que é que fizemos com a liberdade por que lutámos?

Que tipo de liberdade é esta que permite tudo a uns e nada a todos? Que tipo de liberdade é esta que parece opor os mais jovens aos mais velhos? Que tipo de liberdade é esta que uns dizem viver em pleno e os outros dizem não ter?

A verdade é que, até agora, houve quem abusasse da confiança e da liberdade dos outros. Pegaram no dinheiro que era do Estado – ou melhor, de nós todos – e fizeram tudo menos o



que era suposto para ajudar os restantes cidadãos. Esta falta de rigor, de ética e de valores é, na verdade, consequência do abuso dos valores que Abril nos trouxe.

Uma vez em liberdade, privámo-nos de ser críticos; de participar na vida pública; de decidir o nosso próprio futuro. Há até quem se esqueça que o voto é o nosso maior poder em democracia e depois culpe quem exerceu o seu direito! E quase caímos na bancarrota pela terceira vez, porque há quem se tenha esquecido que, com um grande poder vem uma grande responsabilidade.

40 anos depois vamos escolher se queremos continuar a ser liderados por quem nos tirou do buraco ou por quem nos atirou para lá sem dó nem piedade.

Acredito que nenhum de vós se vá esquecer dos sacrifícios que tem de fazer ou do familiar que viu partir em busca de uma vida melhor. Eu jamais esquecerei os colegas que vi deixarem de estudar; os amigos que vi partir e a força para mudar Portugal que isso me trouxe e que me incentiva a continuar a lutar.

E se a minha liberdade termina onde começa a dos outros, tenho de ter consciência de que nem todos olham para o dia 25 de Abril da mesma maneira; há quem nem saiba que feriado é este; há quem não concorde com ele. E há quem julgue ainda que não vale a pena continuar a lutar, continuar a exigir mais.

40 anos depois, é hora de abrir os olhos, de reflectir e de saber onde queremos estar daqui a 40 anos.

Daqui a 40 anos quero continuar a contar a todos o que me contaram sobre o 25 de Abril de 1974 e o que aprendi com a luta que não esteve nas minhas mãos, mas que agora está! E acredito que todos os portugueses, que todos os sertaginenses, vão fazer parte das minhas memórias deste dia.

Bem-haja a todos pela atenção!



Ata nº 2/2015

Anexo V

ANEXO V



Ex.mo Senhor Presidente, Senhores Secretários
Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores
Senhores Deputados, Comunicação Social
Ex.mo Público
A todos Bom-dia

Neste dia 25 de Abril, quero partilhar uma breve reflexão sobre a Liberdade.

A minha reflexão pretende lembrar todos aqueles que, pela sua acção, permitiram que eu e outros como eu, tenham crescido com direito a opinar, a escolher, a sugerir. Certamente que tudo o que eu possa dizer é pouco para lhes fazer a justa homenagem.

Liberdade é, acima de tudo, RESPONSABILIDADE. Responsabilidade na acção e opção.

No meu dia-a-dia, posso optar por agir de forma comodista, egocêntrica, egoísta, quando, por exemplo, escolho desperdiçar água (*"há tanta e tão perto"*), escolho não reciclar o lixo (*até pago uma taxa de resíduos sólidos*), quando opto por poluir o ambiente (*até é mais confortável andar de carro do que a pé*), quando opto por não sensibilizar nem educar para a preservação dos recursos naturais. Quando opto por não lembrar as consciências de quem tem a possibilidade de fazer agir. Quando opto por uma conduta de "os outros que façam".

Posso, simplesmente, querer esquecer-me que a água potável é um bem imprescindível e escasso, que a minha acção também contribui para as alterações climáticas, posso querer ignorar que o mundo é composto por "muitos eus" com responsabilidade na acção.

Mas, ao agir desse modo, não estou a dar bom uso à herança de LIBERDADE pela qual muitos se bateram, se sacrificaram, simplesmente porque a sua conduta não foi egoísta ou comodista.

A herança que me legaram obriga-me a refletir e a agir tendo a certeza de que eu, não tenho a liberdade de, pela minha não-acção ou pela minha má-conduta, hipotecar o futuro daqueles que, também eu, ajudei a gerar.

A minha liberdade é, pois, RESPONSABILIDADE!

Responsabilidade de agir, de promover, de sensibilizar e de decidir.

Responsabilidade de deixar o mundo um pouco melhor do que o encontrei.

Responsabilidade de alertar e educar.

Já agora, vale a pena pensar nisto.

Obrigado pela liberdade que partilhar convosco esta reflexão.

Cernache do Bonjardim, 25 de Abril de 2015.

Raquel Horta Antunes



Ata nº 2/2015

Anexo VI

AWEYU



José Joaquim Nunes Mendes

Sr.Presidente da Assembleia Municipal, Senhores membros da Mesa.

Sr.Presidente do Município e Senhores vereadores, caros colegas Estimado publico e Comunicação Social.

Com a chegada da Primavera, o nosso Concelho está de parabéns cada vez há mais pessoas a praticar desporto de todas as idades o certo é que de passeios pedestres á pesca do Atletismo ao Ciclismo das Escaladas á natação e desportos náuticos e muitos mais, vai aqui o meu agradecimento ás varias associações do nosso concelho com o seu empenho tornaram isto possível e também com o apoio das juntas de freguesia e município, destas todas tenho que referir duas.

Os parabéns para o Grupo Desportivo de S.Domingos pela brilhante organização do 2º grande prémio de atletismo do pinhal desactivada há largo tempo, com a participação de três centenas de participantes vindos de Norte a Sul do pais e com um aumento de 20% em relação ao ano anterior.

Fica também os Parabéns para a Celinda BTT, com mais de 300 participantes a pedalar pelas nossas paisagens e belezas naturais da nossa região, onde mais uma vez os participantes gostaram dos trilhos a percorrer e da excelente organização e pala 2ª vez esta prova a fazer parte do calendário do BTT da Beira Interior, por tudo isto o concelho da Sertã está vivo e de boa saúde.vou terminar com uma frase de Manuel Sérgio, o Desporto não é apenas correr e pular é preciso passar do físico ao humano o desporto e sobretudo a expressão corporal do desenvolvimento Social de um povo.





Ata nº 2/2015

Anexo VII



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia e Exmos. Membros da Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara e Exmos. Vereadores

Exmos. Deputados Municipais

Exmo. Público

Comunicação Social

Associamos ao 25 de abril, três grandes objetivos justificativos do movimento militar e resumo e fundamento de todo um programa de ação: descolonizar, democratizar, desenvolver (os famosos três “dês”, de que todos, certamente, ouvimos falar). A descolonização fez-se – a história julgará se foi a possível ou se haveria outras formas; a democracia está, hoje, consolidada, embora cada vez mais enfraquecida, do meu ponto de vista; Mas é por causa do último dos “dês” que estou aqui hoje. É sobre o desenvolvimento que vos quero falar.

O padre Manuel Antunes, a maior referência intelectual do concelho da Sertã, dizia, em 1979, nessa obra indispensável e sempre atual que é “Repensar Portugal”: “Para começar o dualismo, nos marca. Não é tanto o dualismo Norte-Sul: é o dualismo litoral-interior. É a divisão entre uma faixa atlântica de aproximadamente 30 Km e o resto do espaço nacional. A primeira bem povoada (...) e relativamente desenvolvida com as estruturas próprias e os estrangulamentos próprios de uma sociedade que cresce rapidamente, pelo menos em comparação com o resto. A segunda – esse resto – com a exceção de algumas pequenas ilhas ou ilhéus, atrasada, pobre, quando não subdesenvolvida.”

Passados 36 anos sobre a publicação destas palavras, e mais de 40 anos sobre o 25 de abril, mantém-se este dualismo que vem de longe. O litoral e o interior parecem países diferentes. São países diferentes.

O interior está em agonia. Enfrenta um estado de verdadeira calamidade social e económica. No modelo de desenvolvimento que Portugal construiu, o interior não



encontra o seu lugar, e tem sido tratado como o parceiro pobre que caridosamente se vai ajudando, deixando cair algumas migalhas da grande mesa do Estado. Contudo, o interior tem de ser parte da solução para o país e nunca um problema. Nós não queremos caridade. Nós não queremos ser um fardo para o país. Nós queremos (nós temos o direito) de participar no grande esforço de desenvolvimento nacional. Mas, para isto, é necessário um novo modelo de desenvolvimento económico, pensado estrategicamente, onde a província encontre o seu lugar e seu papel.

Este modelo tem de passar, entre outros pontos,

- pela valorização das pequenas produções agrícolas ou agroindustriais, dos saberes tradicionais, não na perspectiva de quem olha para estes saberes como peças de museu, mas como possibilidades reais de negócio num mundo globalizado, ávido de produtos diferenciados, autênticos. A organização dos produtores, a sua formação no sentido de os preparar para as exigências do mercado atual, a aposta na valorização comercial dos produtos endógenos, e a procura de mercados de escoamento, a eliminação de burocracias e entraves às atividades tradicionais, são algumas das tarefas a ter em conta neste domínio.
- mas este novo modelo tem de passar também pelo investimento na floresta, encarando-a como setor estratégico nacional. A floresta vista na sua diversidade, pensada, ordenada, capaz de gerar riqueza e contribuir para a sustentabilidade económica e ambiental do país. Será necessário pensar a floresta com coragem. Só assim, poderemos acabar com todos os constrangimentos que nos impedem de tornar verdadeiramente rentável e determinante na economia nacional.
- passará, também, por uma política efetiva de apoio à criação de emprego no interior, incluindo benefícios fiscais efetivos para as empresas do interior.
- passará, ainda, por uma política de construção ou conclusão de infraestruturas fundamentais para o interior. (ex. a estrada nacional 238)
- e terá de passar, forçosamente, por uma política de discriminação positiva no que respeita ao funcionamento dos serviços públicos. Temos assistido nos últimos anos, a

coberto do critério cego do número de utilizadores ou de utentes, ao encerramento sistemático de escolas, hospitais, centros da saúde e extensões de saúde, postos da GNR, repartições do Estado. Ora estes encerramentos afetam duplamente o interior: porque afetam a nossa qualidade de vida e porque constituem perdas significativas de emprego, fragilizando ainda mais a nossa economia.



Além disso, constituem um atentado intolerável aos nossos direitos e à nossa dignidade. Todos os cidadãos têm direito à saúde, à educação, à segurança, ao acesso rápido e simples a todos os serviços públicos. E esse direito é um direito individual. Os direitos não decorrem do número de pessoas com quem partilhamos a nossa rua, a nossa aldeia ou a nossa cidade. Decorrem da condição humana ou da nossa condição de cidadãos. Eu, por viver numa freguesia com quinhentos habitantes não tenho menos direitos (ou menos deveres, sublinhe-se) do que alguém que viva numa cidade com quinhentos mil habitantes. Os cidadãos que vivem em territórios de baixa densidade populacional não são nem mais, nem menos do que os outros. São iguais em direitos e deveres.

É necessário, então, alterar práticas e políticas para mudar o interior. A mudança depende de nós, em primeiro lugar, nos órgãos autárquicos municipais. Os orçamentos e planos de atividades municipais devem dar verdadeiramente prioridade à economia e ao emprego. As Câmaras Municipais devem deixar de se ver a si próprias como uma espécie de comissões de melhoramentos ou como comissões de festas, e devem transformar-se em agentes capazes de transformar a realidade económica dos seus territórios. Porque têm competências e recursos para o fazer.

A mudança depende de nós, como disse, mesmo a mudança que só se pode fazer a partir do governo central. Essa depende da nossa capacidade de reivindicar, influenciar, organizar, de baixo para cima, o processo de mudança, e de liderar esse processo.

Neste capítulo surpreende a falta de solidariedade entre municípios do interior. Cada município vive voltado para dentro de portas, focado nos seus próprios problemas, como se o grande problema do interior não fosse o mesmo problema de todos. Daqui resulta a nossa falta de força. Muitos dizem que não temos força junto do poder central porque não temos população, logo os nossos votos pouco contam. Penso que não é assim. A força de uma causa depende da sua organização, da sua visibilidade, da sua



capacidade de conduzir a opinião pública. Não tenho dúvidas de que se os presidentes de câmara do interior do país estivessem unidos, na sua reivindicação, no Terreiro do Paço e na comunicação social, com uma estratégia concertada e ousada, o interior seria ouvido. Porque temos a força da história de um imenso território que nunca se rendeu, de um território que é raiz de causas e ideias, palco de batalhas fundadoras, berço de figuras incontornáveis da história de Portugal, que personificam os mais elevados valores da nação, como é o caso de Nuno Álvares Pereira.

E temos, sobretudo, a força da nossa razão.

Outras causas menores têm um enorme peso na comunicação social e são mobilizadoras da opinião pública e verdadeiramente capazes de influenciar o poder. Por que não o é a causa do desenvolvimento do interior? Porque não estamos unidos, porque não temos estratégia, porque não temos rasgo, porque não temos coragem.

Falta iniciativa e liderança ao interior.

Também falta fazermos o nosso trabalho de casa.

Queremos o desenvolvimento dos nossos territórios, mas que desenvolvimento? Que estratégia? Que programas? Na maior parte das vezes os líderes autárquicos limitam-se a reivindicar betão e alcatrão e isso, por si só, já vimos que não nos vai trazer o desenvolvimento.

Deixem-me dar-vos um exemplo concreto. Todos falamos sobre o problema da floresta. Todos pedimos uma nova política nacional para a floresta. Mas que política? Que modelo para a gestão da floresta? Se falarmos com os autarcas, com os proprietários, com os empresários da fileira florestal, teremos um conjunto de opiniões fragmentadas e até antagónicas. Alguma vez os municípios com maior área florestal, (os da Zona do Pinhal, por exemplo), se juntaram para, em conjunto, e em parceria com todos os agentes interessados, criar um modelo integrado e sustentável de desenvolvimento do setor, para, em conjunto, e em parceria com todos os agentes interessados, produzir um documento que traduzisse a nossa posição comum sobre o setor, um documento que pudéssemos defender perante o poder central, como o nosso programa ou a nossa



agenda para a floresta? Nunca. Que propostas apresentámos? Que propostas temos para apresentar? Falamos sobre a necessidade de mudar mas não sabemos como. E ficamos à espera que outros nos digam como, e que outros o façam por nós. Ninguém fará nada por nós. Nem na floresta, nem no resto. Temos de ser nós a fazer o nosso trabalho. E, em primeiro lugar, temos de saber o que queremos.

Mais uma vez, falta iniciativa e liderança no interior.

Mas a questão da desigualdade no desenvolvimento não se coloca apenas entre o litoral e o interior. Há, no interior, novos interiores. Porque as sedes de concelho exercem sobre as vilas e aldeias à sua volta o mesmo efeito canibalizador que o litoral exerce sobre o interior.

Na verdade, os efeitos do desinvestimento do estado e da depressão na economia são sempre mais lentos nas sedes de concelho. Apesar das perdas, as vilas que são sede de concelho mantêm a maior parte dos serviços públicos, que encerram em primeiro lugar nas freguesias à volta. Estes serviços públicos asseguram centenas de postos de trabalho que suportam toda uma classe média, que, por sua vez, dinamiza o comércio local. As pequenas e médias empresas deslocam-se das vilas e aldeias para as sedes de concelho em busca de mercado, tal como fazem outras de maior dimensão quando deixam o interior e vão para o litoral. As pessoas abandonam as suas aldeias e vão viver para a sede do concelho, à procura de uma melhor qualidade de vida, de um melhor acesso a serviços públicos fundamentais como a saúde ou a educação.

Muitos concelhos, considerados na sua totalidade, caem estrondosamente do ponto de vista económico e perdem população, mas as sedes de concelho vão caindo mais devagar ou vão mantendo a sua situação. Nalguns casos, melhoram-na, até, momentaneamente. A dinâmica populacional e económica das sedes de concelho, esconde, muitas vezes, a realidade sombria das restantes vilas e aldeias.

O concelho da Sertã não é exceção. Também o movimento que se verifica na vila da Sertã é ilusório. O concelho está a morrer no seu interior. Da Arrochela à Azinheira, da Várzea de Pedro Mouro, à Castanheira, o concelho agoniza num sentimento de abandono e desolação.



E estando, aqui, não posso deixar de falar na situação preocupante de Cernache do Bonjardim.

Cernache do Bonjardim que há cinquenta anos mostrava um dinamismo social e económico a todos os títulos extraordinário. Cernache do Bonjardim que vive, talvez, ainda à sombra dessa glória do passado, e que talvez não tenha ainda percebido a gravidade da sua situação atual. Cernache do Bonjardim que vem empobrecendo paulatinamente, quase sem darmos por isso, e que é hoje uma vila ameaçada, com uma economia que se contrai a cada dia que passa e uma população que não encontra meios de subsistência digna.

Deixem-me dar-vos um indicador: No IVS 61% dos alunos beneficiam da ASE. São alunos que provêm de famílias colocadas no escalão 1 ou 2 da Segurança Social. São famílias de muito baixos rendimentos. Muitas delas vivem de pensões ou subsídios. Estas famílias, quase dois terços da população com filhos em idade escolar, são um indicador implacável da situação de Cernache do Bonjardim. Há dez anos, apenas, a realidade social era diferente.

Mas há outros indicadores para demonstrar a situação de Cernache do Bonjardim. Veja-se a redução do número de alunos no Centro Escolar. Atente-se na agonia do comércio. Contabilize-se os postos de trabalho perdidos nos últimos anos. Tenho no meu gabinete fotos de grupo dos alunos finalistas da última década e meia. Olho muitas vezes com amargura para estas fotografias: entre tantos alunos, provavelmente, os dedos das mãos chegam para contar os que residem, hoje, em Cernache do Bonjardim.

Neste processo de decadência do interior, Cernache do Bonjardim tem sido atingido com maior violência. Para podermos mudar, temos de estar conscientes desta realidade. Também aqui, há medidas que dependem da população e da Junta de Freguesia, outras da Câmara Municipal, outras ainda, do poder central. Não tenho dúvidas de que a Junta de Freguesia tem tentado fazer a sua parte. Há, felizmente, algumas empresas e instituições que, apesar das dificuldades, têm tentado remar contra a maré, e a Junta de Freguesia tem sido uma delas. Mas não chega.



Cernache do Bonjardim, como todas as freguesias, precisa de uma política que dê prioridade à economia, que canalize os seus recursos para o apoio efetivo à criação de emprego. E Cernache não se pode conformar ou adormecer com promessas, ou com pequenos investimentos que poderão ser agradáveis para a vista, mas não criam postos de trabalho. Para quando uma incubadora de empresas a funcionar em Cernache do Bonjardim? Para quando uma zona industrial ampla, funcional, gerida de forma dinâmica e criativa, com capacidade de atrair e receber empresas? Para quando uma política de verdadeiros estímulos à instalação de empresas em Cernache do Bonjardim, nomeadamente de empresas ligadas ao setor do turismo, que possam rentabilizar os recursos naturais deste território? Para quando uma solução para o Seminário das Missões que possa transformar o seu enorme potencial em emprego e riqueza para as populações? Para quando uma solução para a famigerada Estrada Nacional 238? Numa situação de emergência, os poderes políticos e as populações têm de se focar no que realmente interessa.

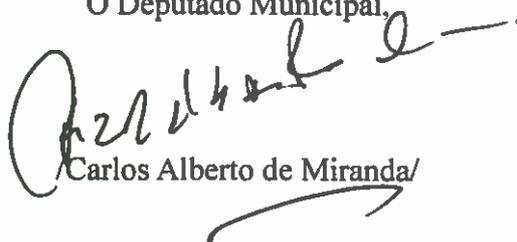
Cernache do Bonjardim, como todas as freguesias, precisa da solidariedade da sua sede de concelho e de uma visão estratégica por parte do município, que veja o concelho como um todo, e que não replique dentro do concelho, o exemplo do desenvolvimento desigual que temos no território nacional.

Temos todos a responsabilidade de lutar por um desenvolvimento fundado na equidade, onde todos os territórios tenham as mesmas oportunidades, onde a geografia não seja, ela também, fator de exclusão.

Cumprir abril é, mais do que nunca, ganhar o desafio do desenvolvimento solidário.

Cernache do Bonjardim, 25 de abril de 2015

O Deputado Municipal,

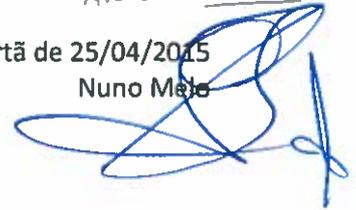


Carlos Alberto de Miranda/



Ata nº 2/2015

Anexo VIII



Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mas Sras. Secretárias,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Ex.mo(a)s Sr(a)s. Vereador(a)es,

Ex.mo(a)s Sr(a)s. Deputad(a)os,

Ex.mo(a)s Sr(a)s. da Comunicação Social,

Ex.mo Público,

Como tema principal gostaria de falar hoje sobre o Turismo Religioso e o “nosso” S. Nuno de Santa Maria ou “*S. Portugal em ser*” como caracterizou Fernando Pessoa.

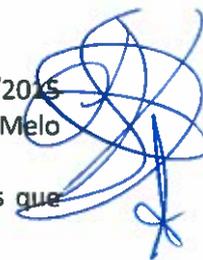
Início salientando o grande êxito que foi a III Romaria de São Nuno e dando os parabéns a todos os envolvidos, e em especial a todas as pessoas que tiveram de abdicar do seu descanso para apoiar esta iniciativa. Permitam-me que faça uma menção especial à Mena Bernardo e ao Vítor Farinha como exemplo de todos os que na sombra muito trabalharam pelo êxito alcançado.

A vinda da TVI, para além da quantidade de visitantes que trouxe, permitiu confirmar alguns aspectos que gostaria de evidenciar:

- Existe abertura da Sociedade Missionaria Boa Nova para divulgar e prestar a devida homenagem ao S. Nuno;
- O local de nascimento e a Romaria foram acontecimentos e pretextos suficientes para trazer uma estação de televisão nacional até nós;
- Com os pretextos/chamarizes correctos (desta vez a TVI) as pessoas estão disponíveis para se deslocar até nós; e sem eles a adesão é muito menor e o desenvolvimento do Turismo Religioso muito mais lento;

Assim, é importante criar e desenvolver “os chamarizes” que permitam homenagear e honrar a grande figura histórica e espiritual que é S. Nuno, criando condições para incrementar fortemente o turismo religioso.

- Hoje em dia quando pretendemos divulgar onde nasceu o S. Nuno e aumentar o turismo religioso que argumentos dispomos?
- O que pode visitar o turista religioso que chega sem nada organizado/programado?
- É muito importante oferecer algo que chame os turistas, os satisfaça e permita que eles aconselhem os amigos e familiares a visitar-nos. O que temos hoje em dia que faça isso?



Praticamente nada e o que temos claramente não chega. Precisamos de chamarizes que justifiquem a vinda dos turistas. Gostaria de sugerir 3:

- Pequena Capela, tipo Capelinha das Aparições, que funcione como local de peregrinação e culto, e esteja sempre disponível a quem queira visitar e realizar as suas promessas.
- Centro de Interpretação da Vida e Obra de S. Nuno. Seguindo um pouco a ideia do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, ou num conceito um pouco diferente, a ideia dos Centros de Ciência Viva. Que permita divulgar a história, o legado e a mensagem de S. Nuno promovendo a vinda das escolas e dos turistas religiosos.
- Parque Nacional Escutista. São Nuno é o patrono do Corpo Nacional de Escutas e tem-se notado o interesse e a ligação especial de diversos Agrupamentos do CNE a este espaço, sendo importante dinamizar esta vertente do turismo e contar com o seu apoio na divulgação de S. Nuno.

Estes podem ser alguns dos chamarizes que permitam desenvolver um turismo religioso mais significativo no concelho e são possíveis de concretizar com o adequado dinamismo do município e o apoio de todos nós pois:

- Somente para divulgar e proteger o legado de uma batalha, a Fundação Batalha de Aljubarrota recebeu do Estado desde 2012 mais de 750 mil euros. Não merecerá o legado do principal responsável pela vitória nessa e em várias outras batalhas, pelo menos o mesmo investimento na divulgação da sua obra?
- Recentemente o Centro de Ciência Viva da Floresta recebeu 800 mil euros para ampliar as suas valências de divulgação da floresta. Não merece a divulgação do legado do "nosso" Santo e Herói Nacional tratamento no mínimo semelhante?
- Sendo S. Nuno o patrono do CNE e da Arma de Infantaria deverá existir também por parte destas instituições abertura para colaborar e ajudar nesta missão.

O desenvolvimento e divulgação do legado de São Nuno é um trabalho muito importante e o Município da Sertã tem de ser o principal dinamizador e catalisador do Turismo Religioso na região.

Um bom exemplo é a divulgação e apoio aos produtos regionais efectuada pela Aproser, onde existe uma equipa criada e dinamizada pelo Município da Sertã que bem tem trabalhado, tendo já ganho inclusive um prémio nacional. Também para o desenvolvimento do turismo religioso é importante a existência de uma equipa competente, dinamizada pelo município, que seja catalisadora de um forte e mais rápido desenvolvimento do turismo religioso e permita divulgar e proteger o nosso herói nacional e um dos poucos Santos nascido em Portugal, São Nuno de Santa Maria.

Como nos disse Camões sobre São Nuno "Ditosa Pátria que tal filho teve".



Gostaria também de solicitar alguns esclarecimentos sobre temas que já abordei em sessões anteriores:

- Como referi anteriormente Cernache do Bonjardim é a única localidade do distrito de Castelo Branco que tendo Ensino Secundário não tem qualquer biblioteca/ludoteca para apoiar os seus estudantes. O Sr. Presidente disse nessa sessão que fazia todo o sentido a existência da requerida biblioteca/ludoteca. Gostaria de questionar qual a evolução do projecto e quando acha que podemos contar com uma biblioteca/ludoteca em Cernache do Bonjardim, repondo uma maior igualdade entre todos os estudantes do distrito?

- Que novidades existem quanto ao novo traçado da ER 238 entre Cernache do Bonjardim e Ferreira do Zêzere, traçado esse que tenha a capacidade de reduzir as assimetrias regionais na região mais envelhecida da Europa? Recordo que o Banco Europeu de Investimento já havia financiado esta obra no âmbito da subconcessão do Pinhal Interior, pelo que esse financiamento já foi obtido anteriormente, não podendo a Secretaria de Estado das Obras Publicas justificar-se com um financiamento que já foi aceite e recebido faltando mesmo assim a obra.

- Na sessão anterior ficou esclarecido pelo Sr. Presidente que excepcionalmente e somente este ano o Festival do Maranho e o Festival do Caracol decorrem simultaneamente. Volto a questionar está previsto algum aproveitamento de sinergias que potencialize os dois festivais?

- Abordando novamente a questão da Saúde no concelho gostaria de mencionar notícias recentes que demonstram mais uma vez a existência de dinheiro e vontade do Governo na construção de novos Centros de Saúde:

- Citando a Agência Lusa em 13 de Abril de 2015: *"O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Miguel Santos disse hoje que os distritos de Aveiro, Porto e Braga terão 11 novos centros de saúde, num investimento de 13 milhões de euros provenientes do Orçamento do Estado." ... "A verba de 13 milhões de euros é "100% financiada pelo Orçamento do Estado" através do Ministério da Saúde, disse o deputado. De acordo com Miguel Santos, em média, os centros de saúde em causa vão servir entre quatro a cinco mil utentes ..."*

- Citando uma outra notícia da Agência Lusa de 17 de Março de 2015 *"O presidente do conselho de administração da Unidade Local de Saúde (ULS) de Castelo Branco, Vieira Pires, disse esta 3ª-feira que foi aprovada a aquisição de novos equipamentos para o Hospital Amato Lusitano (HAL), investimento de 583 mil euros."*

Como podemos observar o dinheiro existe, aparentemente, falta apenas vontade da ULS em instalar mais valências e um SUB na Sertã.

Uma coisa é certa, os objectivos e o projecto inicial do actual Centro de Saúde estão completamente desvirtuados com a perda ao longo dos anos de condições físicas e de diversas valências como seja o internamento, não respondendo aos propósitos para que foi construído, nem às necessidades actuais das populações.

A ULS de Castelo Branco e a ACES do Pinhal Interior Sul são entidades públicas e seria interessante e até um dever cívico a administração vir a público apresentar e justificar os



projectos que têm previsto para responder à Comissão de Reavaliação da Rede Nacional de Emergência/Urgência e instalar um SUB na Sertã. Assim como, permitir que todos juntos, incluindo os utentes, possam colaborar para encontrar a melhor solução para responder às necessidades das populações e sobretudo evitar mortes desnecessárias.

Acredito que a administração da ULS tem todo o interesse em encontrar uma boa solução que permita socorrer o melhor possível a população, onde se incluem os seus familiares e amigos. Como se sentirão os membros da administração da ULS ou da ACES do Pinhal Interior Sul se algum membro da sua família ou amigo morrer devido à falta de condições que já deveriam existir no Centro de Saúde da Sertã? Gostaria de questionar se existem novos desenvolvimentos relativos à ULS, ao centro de saúde e à instalação do SUB na Sertã?

Agradeço a atenção dispensada,

Nuno Melo



Ata nº 2/2015

Anexo IX



**Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,**

Na reunião da última sessão da Assembleia Municipal, no pretérito dia 29 de Fevereiro, realizada na sede de freguesia do Carvalhal, aquando da discussão do:

Ponto - 2.4 – Apreciação, discussão e votação da Revisão nº 1 ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, inquiri o Presidente do Município acerca do aumento de dotação á rubrica “Terrenos”, com um valor de 399.690,51 € (trezentos noventa e nove mil seiscentos e noventa euros e cinquenta e um cêntimos), que acresciam ao que já estava anteriormente dotado nas “Grandes Opções do Plano para 2015”, constata-se que o financiamento definido nesta rubrica tem a dotação anual de 200.000,00 € (duzentos mil euros).

Perguntei se este aumento de dotação indiciava que o Município ou o Presidente já teriam em vista a aquisição de algum terreno para efectuar alguma obra a que só alguns teriam acesso à informação e que mais tarde apareceria em enormes paragonas nas “Pequenas e Grandes Obras” em que este Executivo é useiro e vezeiro.

Como resposta recebi esta informação pela parte do Presidente do Executivo, que estávamos a votar um Orçamento, que não eram Operações de Tesouraria, onde existe afetação. “Que falavam-mos do Orçamento de 2015, onde era reforçada a rubrica – Terrenos, no entanto não significa que seja totalmente gasta ou poderá ter que ser reforçada durante o ano de 2015, era apenas uma previsão”.

Esta declaração/informação começava por ser pela parte do Presidente do Município uma chamada de ignorância á minha questão, porque eu não conseguia distinguir entre Orçamento e Operação de Tesouraria.

Não havia nada previsto quanto á aquisição de terrenos.

**Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,**

Esta informação foi dada com uma cara angelical, que só alguns conseguem ter, mesmo sabendo que estão a esconder uma verdade, que tal como o gato, mete a cabeça no buraco e deixa o rabo de fora.

A verdade ou a falta dela, aparece no dia 6 de Março seguinte, quando somos confrontados com o anúncio duma aquisição de terrenos por parte do Município no valor de 100.000,00€ (cem mil euros).

Se não existia a 28 Fevereiro nada para comprar e onde gastar o dinheiro, dado ser apenas **“uma previsão”**, como foi possível em 5 dias, um negócio daquele valor. Mais rápido que o Pepe Rápido, só o Presidente do Município.

Aqui questiono com frontalidade:

- 
- a) Porque sonegar a informação;
 - b) Não ficaria melhor ao Presidente do Município, dar uma resposta ambígua como lhe sugeri e ele não quis aproveitar;
 - c) Porquê refugiar-se na falta de verdade, porquanto naquele dia e naquele local eu próprio sabia do negócio.

Assim e para que não digam que a oposição é um estorvo, e agora quero mesmo ser estorvo, requeiro:

Cópia integral da escritura de aquisição do terreno, se acaso já foi efetuada, com a respetiva planta de localização bem como o destino a dar a este terreno.

Porque mandar calar os vendedores, como fizeram ao vendedor do quadro " O Melão ", de Túlio Victorino, para que a Oposição não viesse aborrecer, parece mal e não dignifica quem é a imagem maior do concelho – O Presidente da Camara.

Transparente é o que se pede, ser-se transparente já é mais difícil.

Sertã,25 Abril 2015

O Deputado Municipal,

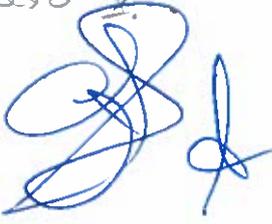


a)Alvaro Fernando de Carvalho Monteiro



Ata nº 2/2015

Anexo X

Anexo V


Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Deputados

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhores Vereadores

Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais, nosso anfitrião neste dia

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Comemoramos o 25 de Abril em Cernache do Bonjardim. Que bela ideia, que iniciativa inspiradora: celebramos o Dia da Liberdade no berço do Libertador da Pátria.

Quero dizer-vos que tenho um sentimento especial por esta terra, um sentimento que tem raízes familiares. O meu tio-bisavô, Padre Francisco Dias Bernardo, foi presidente da Junta de Cernache do Bonjardim no final do século XIX.

O meu avô Carlos Martins, quando, em 1920, veio viver para este Concelho, fixou-se aqui em Cernache. Foi colaborador do Dr. Abílio Marçal e professor do Instituto das Missões Coloniais até 1926.



Pela minha parte, tenho uma dívida: devo uma palavra de agradecimento a uma importante instituição cernachense, a Rádio Condestável, que me permitiu desenvolver, em 2004, uma experiência radiofónica que não esquecerei, na qual falava do mundo para melhor tentar compreender a nossa terra.

Em Cernache, muito em especial, lembro com carinho uma pessoa: a D. Maria Violante Queiroz e Mello. Em 2003, a seu pedido, auxiliei-a na preparação de alguns textos autobiográficos.

Fui, nessas páginas, apresentado a figuras gradas cernachenses. Tomei conhecimento da situação terrível que, em termos de saúde pública, marcava a freguesia em meados do século passado. E tive, sobretudo, o privilégio de conhecer de perto uma personalidade fascinante.

Recordo que há 60 anos, há precisamente 60 anos, em 1955, no momento em que Cernache do Bonjardim ascendia à condição de Vila, foi inaugurado o edifício do Centro Social São Nuno de Santa Maria, testemunho da sua vida de dedicação aos mais carenciados.

São admiráveis aqueles que pensam nos outros antes mesmo de pensar em si. Era assim a D. Maria Violante.

Além das pessoas, além das instituições, também a situação de Cernache é privilegiada.



Por alguma razão o velho Álvaro Gonçalves Pereira escolheu para viver a terra que foi chamada de Bom Jardim.

Jardim que seria abençoado pela lua-de-mel do jovem D. Nuno e de D. Leonor Alvim e, um século mais tarde, alegrado, diz-se, pelos amores ilícitos mas prazerosos de El Rei D. João II.

Bem vistas as coisas no mapa, a União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais é uma autêntica península. Um pedaço de terra rodeado de maravilhosos espelhos de água por todos os lados menos por um.

De facto, esta União de Freguesias deve ter uma das maiores costas internas do País.

São enormes as suas potencialidades para atrair pessoas, portuguesas ou estrangeiras, sejam habitantes sejam turistas.

Recordo o que num Boletim da Junta de Freguesia afirmava o casal Smulders, que veio da Holanda até à Mendeira, 2.500 quilómetros de bicicleta: encontrámos aqui o paraíso.



Minhas Senhoras e Meus Senhores

D. Nuno Álvares Pereira foi canonizado faz amanhã seis anos. Ora, foi há precisamente seis séculos, em 1415, que o Condestável participou na sua última grande aventura: a conquista de Ceuta.

Foi aí que primeiro alcançámos outro continente, superando os limites que a terra nos queria impor.

Foi em Ceuta, num momento chave da nossa história, que D. Nuno cedeu o testemunho ao jovem Infante D. Henrique, com uma missão: tornar Portugal universal.

Em 1791, o Rei D. João VI decidiu que o Seminário do Real Colégio das Missões seria edificado em Cernache do Bonjardim. Aqui tomaram forma desde então as missões, religiosas e laicas, que deram continuidade à inspiração de São Nuno. Missões civilizadoras que marcaram a história de Portugal e isso basta para notabilizar o Seminário.

Por isto, por tudo isto, quando se divulgam as belezas do Concelho da Sertã dizendo que ele está situado “bem na alma de Portugal”, temos de dizer que não se trata de pura referência geográfica. É mais do que uma geometria cartográfica. É uma geografia espiritual que nos coloca no centro dos valores que inspiraram o nosso percurso enquanto povo.



Hoje temos um edifício magnífico, embora decadente, e um recheio importantíssimo, mas carente.

A este enorme potencial junta-se agora a disponibilidade da Sociedade Missionária da Boa Nova para um aproveitamento alternativo do edifício.

Pensemos bem na importância do turismo religioso. Pensemos no que significaria para o nosso Concelho a extensão do triângulo mágico Batalha-Tomar-Fátima até às margens do Zêzere.

Pensemos no que sucederia se pudessemos convencer uma parte, uma pequena parte, dos 7 milhões que em cada ano se dirigem a Fátima a visitar a terra onde São Nuno viu a luz e onde as missões encontraram um centro irradiador.

O Presidente da Junta, Diamantino Calado Pina, de há muito vem insistindo no potencial do turismo religioso. Bem sabe ele que é necessário criar e divulgar um evento marcante. A Romaria São Nuno de Santa Maria aí está, animando Cernache. Para ir ainda mais longe, importa trabalhar em conjunto.



Minhas Senhoras e Meus Senhores,

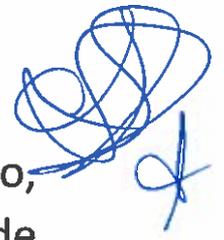
A opção pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo cria uma grande oportunidade para Cernache.

Recentra o Concelho da Sertã, afastando-nos da raia e aproximando-nos dos concelhos que bordejam os grandes rios. Liga-nos justamente a Tomar e a Ourém. E a Fátima. E também nos dá legitimidade acrescida para reivindicar a renovação da EN 238.

Há 130 anos, há precisamente 130 anos, em 1885, o ministro Fontes Pereira de Melo visitou a freguesia de Cernache. Veio inaugurar a Ponte do Vale da Ursa, que finalmente completava a estrada real que liga Tomar à Sertã. 130 anos depois parece que continua a ser a mesma estrada, infelizmente bem real.

Há anos que esperamos por uma intervenção. O problema, esse continua por resolver. Será que podemos tomar a iniciativa? Será que podemos transformar os seis quilómetros que ligam o Casal da Madalena ao rio?

Por que não, para atrair mais pessoas, introduzir em Portugal uma nova geração de estradas panorâmicas?



Não se trata de uma requalificação da estrada, do piso, que essa é da competência de outros. Trata-se sim de uma ação sobre a envolvente. Trata-se de uma criação original da arquitetura paisagista.

Trata-se de enquadrar uma via que acompanhe o ritmo da paisagem, que sublinhe os melhores panoramas, que seja uma verdadeira Rota do Santo Condestável, apropriada para a contemplação.

Em poucas palavras, uma estrada que convide peregrinos e visitantes a andar devagar.

É certo que a EN 238, com as suas curvas e contracurvas, não nos convida, a nós habitantes, a andar devagar. Ela condena-nos a andar devagar.

Esta União de Freguesias tem outros percursos com vistas maravilhosas, como o de Palhais para o Trízio, o que conduz à Foz da Sertã ou o que liga o Casal da Madalena e a Várzea de Pedro Mouro. E outros há no Concelho.

Tenhamos presente uma ideia fundamental: a paisagem pode ser uma criação humana. Os lagos artificiais que nos rodeiam são disso a prova mais cabal. Pela minha parte, não tenho dúvidas de que podemos transformar este Concelho num dos territórios mais atrativos do nosso País.



Para que tal seja possível vai ser necessário tempo, porque nada de duradouro se faz à pressa.

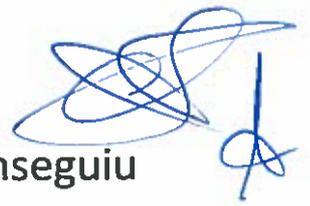
Vai ser indispensável uma estratégia. Uma estratégia que compreenda os anseios de todos os habitantes e as potencialidades de todas as partes do nosso território.

E também vai ser exigida uma grande unidade de propósitos.

Relembro que o Condestável lutou sempre contra forças mais numerosas. Para as vencer, ordenou aos seus homens que formassem sobre a terra um quadrado perfeito. Há 630 anos, há precisamente 630 anos, em 1385, esse quadrado tomou vida ... em Aljubarrota.

Era imperioso que todos as alas do quadrado se mantivessem firmes. Que ninguém arredasse pé. Bastava que uns poucos fraquejassem, para que todo o quadrado se desfizesse.

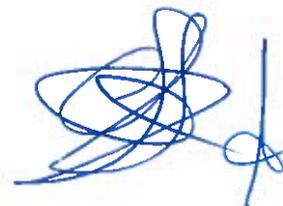
Pois bem, apesar da superioridade adversária, apesar da violência do embate, os portugueses, e entre eles muitos habitantes do Concelho da Sertrã, mantiveram-se firmes, imperturbáveis, solidários. Superaram assim o momento mais crítico.



Naquele instante supremo, o Condestável conseguiu tornar a multidão de portugueses uma unidade mais perfeita. Unidos, venceram.

Por isso, invocando uma expressão que no dia de hoje ecoa com especial força, posso concluir que também nós, na nossa terra, preparando o nosso futuro, inspirados por um exemplo maior, temos o direito de dizer: Unidos, venceremos!

Muito obrigado.



Ata nº 2/2015

Anexo XI



Assembleia Municipal da Sertã

Cernache do Bonjardim, 25 de abril de 2015

"Territórios de Baixa Densidade"

Senhor Presidente;

Senhores Secretários;

Senhores Presidente da Câmara;

Senhores Vereadores;

Caros Colegas;

Senhores Jornalistas;

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Um cumprimento muito especial a todos, desejando neste dia particularmente especial para Portugal que os ares de Liberdade que respiramos há 41 anos continuem a inspirar Cernache do Bonjardim e o Concelho da Sertã - como até aqui tem acontecido.

...

O Portugal do interior mudou de nome. Chama-se agora o **"Portugal dos territórios de baixa densidade"**.

O Governo decidiu no mês passado traçar-lhe as fronteiras, e na Comissão Interministerial de Coordenação do programa Portugal 2020 aprovou um mapa com 164 municípios que terão privilégios especiais no acesso aos fundos estruturais no período até 2020.

Este mapa resulta de uma proposta da Associação Nacional dos Municípios, e tenta acabar de uma vez por todas com as diferentes interpretações que existem sobre a faixa do território nacional afectada pelo despovoamento, a desertificação, o envelhecimento e a falta de dinâmica económica.

Para esta discriminação positiva, o Governo definiu três fórmulas.

Em primeiro lugar, estes concelhos serão privilegiados com programas aos quais só eles poderão concorrer; em segundo, haverá bonificações na apreciação das candidaturas; e em terceiro, se em causa estiver um investimento privado, haverá lugar a uma bonificação de 10% face aos valores praticados nas outras áreas do País.



Desde já, e apreciado o assunto até aqui, parece-me que vamos no bom caminho.

Continuando, para a construção do mapa dos beneficiários, contaram cinco indicadores.

O mais importante é o que se relaciona com a densidade populacional, que pesa 50%.

Depois, com um peso relativo de 10%, entram cinco outros indicadores:

- 1 - O "perfil territorial" que analisa questões como o uso do solo;
- 2 - O "perfil demográfico" que atende a factores como a variação populacional ou o peso dos idosos e dos jovens na pirâmide demográfica;
- 3 - O "perfil povoamento" que observa as percentagens da população rural e urbana;
- 4 - O "perfil socioeconómico" que atende a critérios como o rendimento médio mensal ou o peso da população com o terceiro ciclo do ensino básico;
- 5 - O "perfil acessibilidade" que considera as condições de acesso à sede do concelho, à capital do distrito ou à capital regional.

Uma vez conjugados todos estes critérios, e evitando-se algumas descontinuidades porque mesmo assim existem honrosas excepções no interior do País, chegamos ao actual cenário de "Territórios de Baixa Densidade".

Para o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, a importância deste trabalho está no facto de se poderem sustentar decisões estratégicas em critérios "*mais elaborados e mais rigorosos*", acabando-se de vez com as "*hesitações*" que ocorriam sempre que estava em causa a definição de políticas destinadas a partes específicas do País.

"Conseguiu-se um bom equilíbrio entre a razoabilidade política e critérios técnicos e científicos", disse.

Mas será este trabalho, esta política, suficiente para corrigir a actual situação?

Seremos nós capazes de corrigir todas as assimetrias? Haverá mais a fazer? É preciso ir mais além?

- Eu penso sinceramente que sim.



O "País dual", que Sedas Nunes identificou já nos anos de 1970, fica oficialmente demarcado. É evidente que as diferenças entre um e o "outro" País são enormes.

Para João Ferrão, geógrafo e investigador, o mapa aprovado pelo Governo separa os territórios do País sob "alta pressão", - o Portugal que "mais capacidade revelou para se transformar e desenvolver ao longo da última década do século XX", e junta sob o mesmo conceito o "País tranquilo" e o "País sonolento", ou seja, junta estes dois últimos em Territórios de Baixa Densidade.

O País sonolento acusava *"um ciclo de subdesenvolvimento difícil de se romper"* e o "País tranquilo" representava *"o Portugal intermédio, o País da transição"*.

Ferrão, no entanto, não questiona a separação entre o País que cresce e se desenvolve do outro País que hesita ou regride económica e demograficamente. *"Muito do País tranquilo faz hoje provavelmente parte do País sonolento"*, diz.

"O importante é ir onde ainda há limiares mínimos de vida colectiva", porque nos sítios *"onde se fecharam as escolas ou os centros médicos provavelmente já não se pode fazer nada"*, acrescenta.

É isto, digo eu, que nos deve interrogar.

Definido o mapa, segue-se a pergunta: o que fazer nessa ampla faixa do País com problemas graves de sustentação económica e demográfica?

- Álvaro Domingues, professor de Arquitectura no Porto, aponta para um nó difícil de desatar: *"Estamos a falar de áreas pouco atractivas para o investimento privado"* e que dependem muito do *"investimento do Estado, que entretanto deixou de investir"*.

Aqui chegados, muito há a reflectir!

Vamos desistir de parte de Portugal? Podemos nós, enquanto Nação, continuar a aceitar esta dualidade?

Serão as medidas anunciadas suficientes para inverter o processo?

O municipalismo criou ao longo destes 41 anos condições ímpares para a fixação de pessoas no interior. O que não andou ao mesmo ritmo, e isso é culpa da economia e de políticas dos sucessivos governos – não se excluindo nenhum, foi o ordenamento do território e as medidas para a sua harmonização.

O municipalismo criou infra-estruturas e qualidade de vida no interior de que poucos já hoje usufruem, e que por este andar ninguém usará no futuro.

As grandes cidades portuguesas e o litoral têm problemas sociais graves que seriam solucionados com melhor distribuição demográfica.

A qualquer um de nós se perguntarem se prefere ou não viver no seu local de nascimento, junto das suas origens, que resposta arriscariam?

Preocupemo-nos menos com leis utópicas e mais com leis práticas e que solucionem efectivamente os problemas.

A Alemanha necessita nos próximos anos de cerca de 500 mil imigrantes para se regenerar. Qual a política de imigração – movimento de entrada, para Portugal?

Como viu Sedas Nunes, já definávamos nos anos 70 do século XX.

Porventura o regresso apressado a Portugal de 800 mil pessoas aquando da descolonização, terá atenuado este problema nas duas décadas seguintes.

Mas como resolvemos o problema demográfico hoje, agravado pela baixa natalidade? Que remédio aplicar?

Deve também estudar-se a implantação industrial portuguesa e a sua localização tradicional, - de um modo geral a nossa economia e os nossos recursos naturais. A Alemanha e a Holanda são bons exemplos. Mas a China também o é.

Na cidade Wuyi, fabrica-se mais de 1 bilião de baralhos de cartas por ano. Em Datang produz-se um terço das meias e peúgas de todo o mundo. Songxia fabrica 350 milhões de guarda-chuvas por ano. As raquetes de ténis de mesa vêm de Shangguan; Fenshui produz canetas; Em Xiaxie fabricam-se brinquedos para crianças e 40% das gravatas do mundo saem de Shengzhou.

Este Portugal tradicionalmente dividido ao meio precisa de mais objectividade nas decisões.

Ouve-se falar amiúde que para o interior se preconizam mais serviços partilhados, mais racionalização de custos, de balcão único. Isto mais não é que o êxodo do investimento do Estado para sectores que não mais poderemos sustentar.

Os corredores do poder estão cheios de conselheiros teóricos e irrealistas. Isto é transversal a todos os governos, desde há quatro décadas.

À falta de estadistas, os políticos aplicam a seu jeito, duas leis da física aparentemente antagónicas:



- A força centrífuga para afastar incómodos e adversários, e uma espécie de força concêntrica para lhes aumentar os poderes.

Daqui pouco aproveitará o cidadão comum e o interesse da Nação.

Questões de defesa e de estratégia já não importam e aparentemente ninguém repara. Há mais guerras do que poderemos suportar. Sem fronteiras e sem povoamento, a haver uma invasão terrestre, qualquer calamidade chega à capital em dois tempos e por auto-estrada. Portugal está a tornar-se num castelo sem ameias.

A história não é estática, é dinâmica. Não há nada que nos garanta paz eterna a não ser prudência e precaução.

...

Os mapas que mostrei, noutra leitura, mostram a nossa realidade. Um País, que apesar de pequeno e homogêneo, continua dividido e desaproveitado.

A proposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional para a aplicação do programa Portugal 2020 nos Territórios de Baixa Densidade parece-me voluntariosa e com boas intenções. Do Governo de Portugal, sinceramente, ainda me parece pouco.

Se este é o País que todos estamos a construir, todos devemos ser escutados. Mesmo se a voz extenuar e o coro pareça cada vez menor.

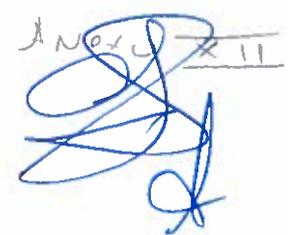
Obrigado

António José Lopes Simões



Ata nº 2/2015

Anexo XII

ANEXO II


Assembleia Municipal de 25 de abril de 2015

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmos. Senhores Secretários/a

Exmo. Sr. Presidente da Câmara

Exmos. Senhores Vereadores/a

Exmos. Membros da Assembleia

Exmos. Senhores da Comunicação Social

E Prezado público

A todos saúdo com votos de bom dia.

Esta minha intervenção tem como objetivo dar os parabéns à Câmara Municipal, mais direcionado há Sr.^a Vereadora da Cultura Dr.^a Cláudia André pelo excelente trabalho desenvolvido entre o Município da Sertã e a APROSER - Associação de Produtores do Concelho da Sertã com a apresentação da candidatura ao “Programa Tradições Locais e Regionais 2015” dinamizado pela EDP P” com o Projeto “Tradições de Celinda”.

O Programa em causa tem como objetivo apoiar as tradições mais genuínas da cultura popular: costumes, rituais comunitários, crenças, artesanato, folclore, trajes regionais, gastronomia, romarias e tradição oral, permitindo assim a recuperação de práticas ancestrais em desaparecimento. Pretende-se deste modo dinamizar uma reflexão sobre a cultura como forma de preservar a memória coletiva, bem como a produção de bens culturais e a sua divulgação a novos públicos.

Assim merecidamente a Sertã viu o seu projeto “Tradições de Celinda” entre os vencedores de um total de 122 candidaturas provenientes de 50 municípios, distribuídos pelas regiões Norte, Centro e Alentejo. Foram selecionados 14 projetos – sete do Norte, quatro do Alentejo e três do Centro.

O Projeto “Tradições de Celinda” visa preservar as tradições gastronómicas e artesanais do Concelho da Sertã, mantendo vivas as formas mais genuínas de os produzir, nomeadamente o Maranho da Sertã, o Bucho da Sertã, os Cartuchos de Amêndoa de Cernache do Bonjardim, os Coscoréis, as Merendas Doces, as Bonecas de Palhais e o Medronho, entre outros.

Pretende-se conservar e manter métodos artesanais, técnicas e ferramentas para trabalhar o ferro, o linho, o latão, o vime e a madeira de pinho.

Resta desejar, força Aprosér! Parabéns Município da Sertã.

Não podia deixar de dar também os parabéns à Câmara da Sertã e à União de Freguesias de Cernache do Bonjardim

Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia congratulo-me com o Executivo sobre esta matéria.

A todos, muito obrigada pela atenção dispensada.

O membro da Assembleia Municipal

Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira

A handwritten signature in blue ink, consisting of several overlapping loops and a vertical line extending downwards.



Ata nº 2/2015

Anexo XIII

ANEXO XINA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA SERTÃ

Período antes da Ordem do Dia

Realizou-se no passado Domingo a grande Romaria a S. Nuno de Santa Maria a qual este ano teve um formato diferente, devido à transmissão do Programa “Somos Portugal” pela TVI.

Cumpre-me lembrar, que fui um crítico no sentido construtivo de ter afirmado em Assembleia Municipal, que o Município gastava muito dinheiro, só na sede de Concelho, em actividades culturais e de desenvolvimento económico. Hoje aqui estou para me redimir sobre o que disse, mas também para salientar que o Sr. Presidente do Município, com a serenidade que todos lhe reconhecemos, não se esqueceu e abraçamos este projecto que foi o maior evento religioso/cultural, económico, desportivo e recreativo alguma vez realizado em Cernache do Bonjardim, pois nem em 1960 nas Festas Condestabrianas, tanta gente visitou a Vila.

As expectativas foram todas superadas, a abertura do Seminário à Comunidade demonstrou a disponibilidade da Sociedade da Boa Nova em encontrar parceiros de investimento para um projecto de Turismo Religioso e de Turismo Rural, o qual se encontra em fase de procura de investidores.

Segundo informação recolhida junto da TVI, mais de 8.000 pessoas visitaram Cernache do Bonjardim entre as 14H00 e as 20H00, lideraram as audiências e tiveram mais de 1.200.000 espectadores.

Foi um belíssimo programa, mostramos o que tínhamos de melhor em Cernache do Bonjardim e no Concelho e a figura de S. Nuno de Santa Maria foi divulgada neste evento com a dignidade que merece, além da nossa gastronomia, dos nossos sabores, das paisagens, das nossas gentes e do que temos de melhor, em suma do que é nosso e não havia forma de o divulgar caso não houvesse investimento, investimento esse que ao longo do tempo irá ter retorno em todas as vertentes divulgadas. Sugeria que todos nós iniciássemos um projecto de recolha de documentário



sobre o S. Nuno a fim de possuímos um espólio o qual seria disposto em local a designar.

Recebemos na Junta de Freguesia várias dezenas de emails e mensagens de parabéns extensivas ao Município da Sertã, de naturais ausentes, quer em Portugal, quer no estrangeiro, nomeadamente emigrantes.

Em nome da União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais, um agradecimento especial ao Município da Sertã, à Sociedade Missionária da Boa Nova, à Paróquia de S. Sebastião, ao Centro Social S. Nuno de Santa Maria, à Rádio Condestável, às Forças de Segurança, aos Bombeiros, às firmas João Maia Automóveis e IMOC, aos Produtos da Terra, a todas as colectividades culturais/desportivas e recreativas, às associações, aos expositores, aos Escuteiros, a todas as entidades Eclesiásticas, aos romeiros, às instituições, aos habitantes da Vila pela colaboração prestada na ornamentação das ruas, aos colaboradores municipais em especial ao Sr. Vitor Farinha, aos colaboradores da União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais, aos voluntários e a todos aqueles que de algum modo contribuíram para que a Romaria a S. Nuno atingisse os objectivos que atingiu, um sucesso.

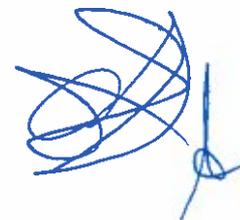
Muito Obrigado!

Bem hajam a todos!

Cernache do Bonjardim, 25 de Abril de 2015

Diamantino Calado Pina

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA SERTÃ



Período antes da Ordem do Dia

O Município da Sertã realizou recentemente algumas obras de relevância na União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais, nomeadamente o Miradouro de S. Macário, o saneamento e repavimentação em Alcobia, arruamentos do Nesperal e de Palhais, outras encontram-se a decorrer, o Jardim e o novo Parque de Feiras que por motivos de vária ordem ainda não foram concluídas, mas já com inauguração marcada para o Feriado Municipal a 24 de Junho.

Outras, tais como, uma Ciclovia no Trízio e requalificação da via, a melhoria da qualidade e quantidade da água em Palhais, as obras de ampliação da Zona Industrial de Cernache do Bonjardim, obras indispensáveis para o nosso desenvolvimento económico/turístico, serão concluídas a curto prazo, as quais antecipadamente agradecemos.

Também as negociações com a PT para aquisição do edifício dos correios se encontram a decorrer, só não se encontram concluídas porque a nova Administração da PT ainda não deu sequência aos procedimentos necessários para colocar o imóvel em propriedade horizontal, uma vez que dada a actual situação da PT, não possuem orientações para dar seguimento a assuntos que envolvam a alteração da sua situação patrimonial, assim não tem sido possível desenvolver o projecto de instalação da Praça de Táxis e da Paragem de autocarros no logradouro do edifício dos Correios.

Contudo, várias obras agendadas, algumas há anos, não se vislumbra o seu início: Construção de sanitários públicos; Revitalização do Mercado Municipal; Construção de um Parque de Campismo e de uma Piscina Flutuante no Trízio; Construção de uma zona de lazer em Várzea de Pedro Mouro; Construção de um Campo de Ténis; Construção de passeios nas entradas da Vila entre outras, as quais pedimos o empenhamento do Município na pessoa do Seu Presidente.

Não poderei esquecer que o impasse da ER 238 entre Cernache do Bonjardim e Ferreira do Zêzere, a qual não tem passado de uma miragem,



até me atrevo a dizer que afinal a Comunidade Intermunicipal Médio Tejo, apesar de falar na requalificação da referida via não tem tido força política ou não lhe interessa exigir a obra tão fundamental para o nosso desenvolvimento económico-social da região.

Na Médio Tejo devia haver coragem e solidariedade, somos um território de baixa densidade mas com enorme potencial e o governo não desencrava a ER 238, o que contribuiria para atrair mais investimento e simultaneamente aumentar os postos de trabalho, sem boas vias de comunicação não é possível criar condições para que este território com as suas potencialidades sejam atractivas e continuem a ser uma alternativa para os nossos jovens.

Também o processo dos espaços do Cidadão no Concelho, incluindo o de Cernache do Bonjardim, se encontra atrasado, pois se estivesse a funcionar facilitava a vida a todos os munícipes, desejamos mais proximidade dos Cidadãos sem entraves burocráticos, quer no serviço de atendimento ao público presencial ou online.

Tenho dito!

Cernache do Bonjardim, 25 de Abril de 2015

Diamantino Calado Pina



Ata nº 2/2015

Anexo XIV

ANEXO XIV


Relatório e Contas - 2014

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Iniciamos a nossa intervenção, relevando o facto da recepção do "Relatório e Contas - 2014" e respectivos "Anexos", nove dias antes da data desta Assembleia.

Em nome da bancada do Partido Socialista agradeço ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a consideração demonstrada para com os Deputados Municipais que, permitiu ter tempo suficiente para os analisar.

Porém, o mesmo tipo de disponibilidade não existiu por parte do Senhor Presidente da Câmara e respectivos Serviços de Apoio, que só facultaram estes documentos aos Senhores Vereadores, quarenta e oito horas da Reunião de Câmara onde foram debatidos e votados, período de tempo notoriamente insuficiente para que pudessem proceder a uma análise profunda e completa dos mesmos.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Relativamente à documentação em questão, não obstante os alertas feitos, quer pelos Vereadores, quer pela bancada do Partido Socialista nesta Assembleia, continua a verificar-se, reiteradamente, uma ausência de estratégia de governação e uma displicência acentuada relativamente ao desenvolvimento do Concelho.

A constatar este facto, basta atentar-se às dezasseis modificações introduzidas ao Plano Plurianual de Investimentos e às dezoito alterações ao Orçamento, mudanças que quase desvirtuaram o que inicialmente se tinha aprovado, demonstrando, se dúvidas houvesse, a opção por decisões casuísticas e, mais gravoso ainda, a não definição de objectivos a atingir a curto, médio e longo prazo.

Por isso, torna-se imperioso que o poder instituído mude de atitude, quer quando a Oposição sugere alterações ou critica os actuais métodos de trabalho, quer quando opta por minimizar esta Assembleia de modo a obviar a que esta controle o Executivo, enfim, é hora de acabar com o tipo de gestão que até agora prosseguiu.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Feita esta introdução, centrando-nos no que vimos e observámos no "Relatório e Contas-2014", pensávamos que já nada nos surpreendia, mas o que aí constatámos ultrapassa tudo.

Não vos iremos maçar com pormenores pois a "Declaração de Voto" apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista é bem reveladora do estado para que caminha o

destino do Concelho da Sertã.

Porém, não podemos deixar de salientar para memória futura, meia dúzia de constatações que resultam destes documentos:

- A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos apresenta valores – Execução anual: 47,36% e Execução global: 47,67% – que não auguram nada de bom para o desenvolvimento do Concelho.
- As dívidas de curto prazo permanecem com um montante semelhante à do ano anterior.
- Não obstante as dificuldades que o povo sertaginense tem estado a passar, a receita relativa aos impostos, quer comparativamente ao orçamentado, quer relativamente ao ano anterior, aumentou, significando que o povo sertaginense suporta uma grande fatia dessa rubrica.
- A receita de capital expressa **um desvio negativo de - 3.757.440,00 €** e uma taxa de execução de 21%, prova irrefutável da estagnação do investimento no Concelho, aliás, confirmada numa afirmação do Relatório: "as despesas com investimentos representam 17% do total da despesa paga e registaram em 2014 o maior decréscimo dos últimos quatro anos".

Finalmente, uma falácia e uma curiosidade:

- No Relatório e Contas afirma-se que a "Despesa com Pessoal" tem permanecido estável nos últimos anos, porém, quem é mais avisado tem conhecimento que existe uma série de colaboradores, alguns com carácter de prestação permanente, a serem ressarcidos através de recibos verdes, ou mediante aquisição de serviços, significando esta subtileza um valor significativo.
- Um facto importante a salientar, por revelar que não estão a ser bem defendidos os interesses dos munícipes, é ter sido atribuída uma participação ao Instituto Profissional da Sertã, de 55.865,36 €, para depois alienar este património pelo valor de 2.500,00 €.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Transpondo para a nossa realidade, essa voz incómoda das letras e das artes portuguesas, Almada Negreiros, um Concelho que consente, deixar-se representar desta maneira, é politicamente, um Concelho de fracós.

Dizemos isto com tristeza, porquanto, a nossa alma de sertaginense sente-se toldada ao ver o Concelho de novo desacreditado, daí ser o momento adequado de recordar a quem tem a responsabilidade política de dirigir o Concelho, citando o grande mestre



Agostinho da Silva, "que uns amam o povo, mas não desejam que este saia do passo em que se encontra, deleitam-se com a ingenuidade da arte popular, com o imperfeito pensamento, vêem-se generosos e sensíveis quando se debruçam sobre a classe inferior, mas têm como meta a atingir o domínio do povo por quem parecem sacrificar-se".

Para nós, como já demos provas, sempre nos interessou o povo para ajudá-lo a resolver os problemas que diariamente o preocupam: os problemas de justiça económica, os problemas de justiça política, os problemas de justiça social, os problemas de ascensão à cultura e de progressão rápida em termos de qualidade de vida.

Politicamente são concepções bem diversas de encarar a realidade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados

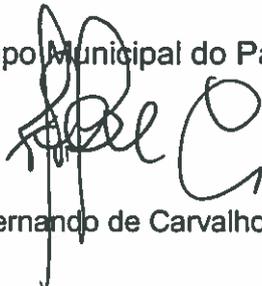
Decorridos quase seis anos com este tipo de governação, chegou a hora de desmontar ilusões, obviando-se a que não seja possível, politicamente, um novo Relatório e Contas como o que foi trazido a debate.

Admitam ou não, sensatez e discernimento constituem valores ausentes na vossa actuação, sendo os documentos em apreciação a prova cabal de que o poder político actualmente instituído não tem dinamismo, estratégia, nem imaginação, três componentes básicas e imprescindíveis para se conceber um desenvolvimento sustentado para o Concelho.

A partir de hoje até ao final do mandato, de forma democrática, iremos endurecer as nossas posições, tudo faremos para ajudar quem critica e contesta esta forma de governar, assim como todos os que não pensam e agem segundo os vossos padrões, mas, que aspiram, de igual modo, pelo desenvolvimento do Concelho e da Região.

2015.04.25

O Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista



(Álvaro Fernando de Carvalho Monteiro)



Ata nº 2/2015

Anexo XV

RELATÓRIO E CONTAS DE 2014

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Começo por congratular-me pelo esforço que este executivo têm vindo a realizar para o equilíbrio orçamental nos últimos anos.

A receita em 2014 apresentou a maior diminuição dos últimos 4 anos, decrescendo 9%, tendo o município recebido menos 1.307.146€

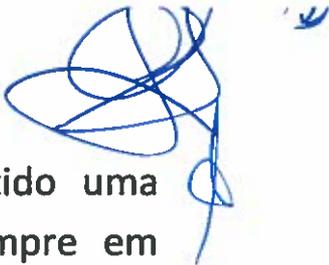
Diminuição verificada essencialmente na receita de capital que de decresceu 73%.

Este decréscimo elevado face ao ano transato deve-se ao facto de se ter contraído um empréstimo ao abrigo do PAEL em 2013, no valor de 2.130.877€ para estabilização financeira e regularização de pagamentos em atraso.

Em 2014, não houve necessidade de se proceder a qualquer pedido de financiamento.

Por outro lado o atraso de fundos comunitários, devido ao encerramento do quadro comunitário QREN, 2007/2013 originou atrasos nos reembolsos da comparticipação de projetos aprovados, assim como novas candidaturas que aguardam o novo quadro comunitário Portugal 2020, que funcionará em pleno apenas no corrente ano de 2015.

A contrabalançar a diminuição da receita na rubrica despesa, o decréscimo foi de 13%, ou seja menos 1.986.648€. A constante redução da despesa permitiu nos últimos anos, manter um nível de receita superior ao da despesa, cifrando-se em 2014 em um saldo positivo de 1.092.690€



A evolução da taxa de execução da receita têm tido uma evolução positiva desde 2010 que era de 48% sempre em crescendo ficando em 2014 nos 82%

Por outro lado as rubricas associadas às receitas correntes ultrapassaram as previsões em 754.708€, salientando os impostos diretos que continuam a apresentar uma evolução positiva, crescendo 8% relativamente a 2013.

Nos impostos diretos destaca-se o IMI com 1.013.179€, o imposto municipal sobre transmissões onerosas imóveis 223.477€, imposto único de circulação 291.455€ e a derrama com 157.610€, totalizando 1.685.721€, que corresponde a 127% da taxa de execução.

Também a diminuição das despesas relativamente aos juros e outros encargos decorrentes do incumprimento das faturas no prazo legal teve uma diminuição de 218.791€ (327.083€ em 2013 e apenas 108.292€ em 2014), (-67%).

Esta redução foi possível graças à regularização dos pagamentos em atraso com recurso ao empréstimo do PAEL.

Por sua vez foi possível aumentar em 16% as transferências correntes, contrariando a tendência decrescente verificada nos anos de 2012 e 2013, o mesmo é dizer, aumento das verbas destinadas a diversas instituições e associações, transferências para as juntas de freguesia no âmbito dos protocolos celebrados e agrupamento de escolas.

No que diz respeito à evolução do passivo financeiro, que em 2013 foi de 527,304€, verificou-se um aumento ficando em 2014 num total de 630.805€, representando um aumento de 20%, isto

porque em 2014 se iniciou o pagamento integral de 2 tranches do empréstimo do programa de apoio à economia local (PAEL).

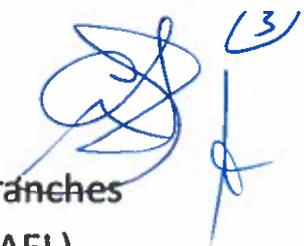
Programa PAEL, através do qual foi possível manter um nível de pagamento das dívidas a fornecedores dentro do prazo previsto, ficando o montante de 449.097€ que à data de 31 de dezembro de 2014 apenas porque as faturas existentes na data ainda não tinham vencido.

Tal como começaram por salientar os senhores vereadores do Partido Socialista, na sua declaração de voto aquando a votação do relatório e contas, estes resultados são da exclusiva responsabilidade, escolhas e opções do executivo PSD.

Relativamente aos impostos que afirmam ter aumentado, quer comparando com o ano anterior, quer comparando com o orçamentado e ter sido suportado pelos munícipes, quero lembrar que estes impostos diretos, nomeadamente o IMI, imposto municipal, imposto único de circulação são taxas impostas pela administração central, em que o IMI que têm maior peso se encontra taxado no mínimo possível por lei, e que o aumento verificado com uma taxa de execução de 140% se deve às reavaliações do património a que foram sujeitos e não ao aumento da percentagem a que é taxada.

Por outro lado é positivo verificar que os senhores vereadores concluem finalmente que estão perante resultados económicos satisfatórios, que tecnicamente as contas batem certo, que o seu voto contra se deve exclusivamente a divergências com as políticas seguidas e que na sua opinião é possível praticar outras políticas.

Lembrar que no âmbito do programa PAEL foi necessário elaborar um plano de ajustamento financeiro, onde entre outros





ajustamentos seria necessário efetuar uma redução e racionalização da despesa corrente e de capital e otimização da receita própria, nomeadamente não alterar a taxa do IMI.

Mas quanto a isso também estamos de acordo, é sempre possível fazer diferente.

Espero por isso que este executivo continue o rumo da consolidação orçamental, realizando festas e festinhas de divulgação do concelho da Sertã, o programa somos Portugal será sempre em minha opinião muito bem vindo ao nosso concelho, assim como outros eventos que fazem deslocar à Sertã centenas e milhares de pessoas divulgando e rentabilizando o comércio em geral e dinamizando a hotelaria em particular, originando mais investimentos no ramo e aumentando o potencial turístico do nosso concelho, não esquecendo as pequenas grandes obras de grande valia e utilidade para os munícipes em geral.

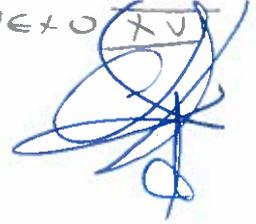
João Carlos Almeida

PSD



Ata nº 2/2015

Anexo XVI

ANEXO XV


Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhora e Senhores Vereadores,
Senhores Deputados, Público e Comunicação Social aqui presente.

Sou Táxista há mais de 30 anos nesta vila. Desde então sempre dignifiquei a profissão e sempre procurei prestar o melhor serviço aos meus clientes.

E sendo do conhecimento geral que o assunto não é novo, venho uma vez mais, em nome da maioria dos colegas, questionar o motivo de Cernache ainda não ter uma praça de táxis digna.

Vários foram os locais estudados como prováveis e foi-nos até prometido que as obras avançariam num determinado local, mas até hoje nada feito e o presidente da junta de freguesia justificou-se com a falta de unanimidade na escolha, dizendo que teriam de estar todos de acordo para que a mudança fosse feita.

Senhor Presidente, deixo a questão, quantas obras se fizeram com a totalidade dos votos?

Sabemos que nos vai dizer que existe um local apontado como o ideal para nós.
Quantos taxistas estão de acordo?

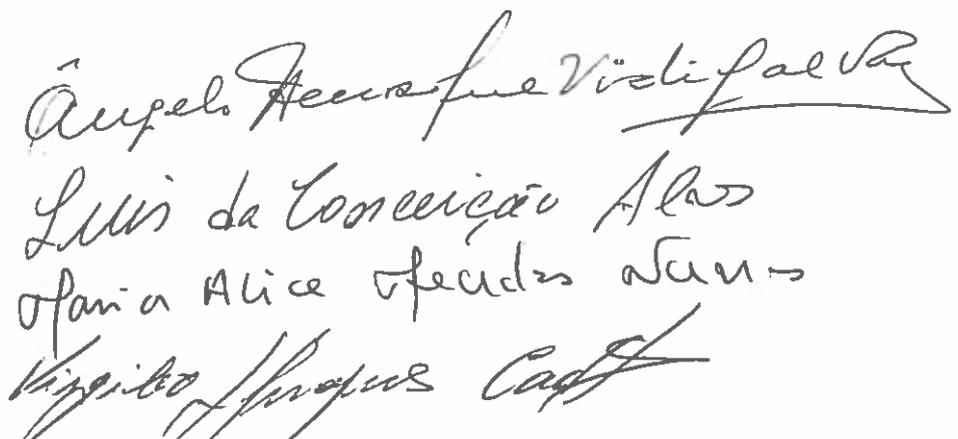
Os nossos clientes são na maioria, idosos com pouca mobilidade e sem telemóvel.
Vai oferecer telemóveis para eles nos chamarem quando estiverem à porta da farmácia ou no mercado municipal?

Precisamos colocar os nossos serviços junto de quem necessita deles.
Assim, estamos dispostos a reunir e a definir a melhor solução para este problema.

Se nada for feito ou dito, iremos passar para o local referido na nossa licença de táxi emitida pelo município: Rua dos Pinheiros, junto ao Mercado, Cernache do Bonjardim.

O presente documento encontra-se assinado por todos os táxistas que partilham da mesma opinião.

Agradeço a vossa atenção.


Ángelo Jesus Vieira Vilela
Luís da Conceição Alas
oficina Alice ofertas de um
Vigilante Proprietário



Ata nº 2/2015

Anexo XVII



Exmo. Sr. Presidente da Câmara

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmos. Srs. Vereadores,

Exmos. Srs. Deputados,

Exma. Comunicação Social Presente e respetivo auditório que nos escuta através da Rádio Condestável

Caros Concidadãos,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

“Não devia caber-me a mim – e muitos por certo o estranharão – a honrosíssima e tão grata missão da pública defesa dos sagrados direitos históricos e dos legítimos interesses de CERNACHE DO BONJARDIM – uma terra linda, de tão nobres tradições de cavalheirismo e de tão elevado nível social e cultural – mas simultaneamente, tão desconcertadamente infeliz...

Com efeito eu já sofri demais por ela, já paguei por preço excessivamente caro, duro e injusto, a minha total devoção aos seus mais caros interesses...

Por isso mesmo, o meu actual “isolacionismo” voluntário, compreende-se e de sobejo se justifica...

Porém, a terra querida – que sempre amei e continuo amando, tão entranhada como desinteressadamente, como berço estremecido que o destino me marcou na vida – não tem culpa alguma da negra ingratidão nem da clamorosa injustiça dos homens...

Para além disso, ainda, e muito acima de tudo isso – fala e falará sempre, dentro de mim, a voz inextinguível do sangue, a tradição nobilíssima do nome honrado que uso e tão profundamente ligado às suas mais belas tradições e, ainda o meu imperecível amor por Ela...

Mas com a minha devoção total – isso sim – Ela sabe que pode contar sempre, inteiramente e em todas as circunstâncias... já que esta foi a escola rígida – indiferente a injustiças e ingratidões de toda a espécie- em que me educaram.”

Dizia assim o Dr. Gil Marçal em 1964 na célebre questão da estatuária. Apesar de terem passado mais de 50 anos não poderia subscrever mais estas palavras, por tão atuais que são e por tanto me identificar com elas.



Não venho na presente exposição pedir nada em proveito próprio, mas a bem da comunidade de Cernache do Bonjardim, vila que sempre tem sido marginalizada no tratamento de que é alvo tanto pelo poder central, mas também e sobretudo pelo poder local ao longo das décadas, independentemente da sua cor política.

Que a vila da Sertã se queira desenvolver, nada contra, antes pelo contrário, apenas posso aplaudir tão nobres intenções, agora que esse desenvolvimento, seja feito à custa do não investimento e consequente atraso da vila de Cernache do Bonjardim não posso, nem vou aceitar.

Existem necessidades básicas existentes em qualquer vila desta dimensão que não são cumpridas, e que reparem que não peço nada a mais que já não exista na sede de Concelho e reparem também que nenhuma delas trás grandes transtornos ao orçamento anual do executivo e são de fácil execução, algumas delas já foram abordadas nesta assembleia, ficam algumas sugestões:

Biblioteca – já abordada recentemente pelo Deputado Nuno Melo, sendo incrível que na capital do saber do Pinhal Interior, vila onde passaram ao longo das décadas milhares de alunos tanto no Seminário das Missões, como no Instituto Vaz Serra não haja uma biblioteca pública, que certamente enriqueceria a cultura e o saber desta vila.

Ringue polidesportivo – promessa eleitoral de fácil execução que urge ser concretizada, para bem dos jovens desta vila e que tem sido constantemente adiada sem razão aparente.

Criação de ginásio à semelhança do que existe na Sertã, no Pavilhão Desportivo Fernando Vaz Serra, onde creio que existe espaço disponível e em que Instituto Vaz Serra e o Curso Técnico de Apoio à Gestão desportiva poderiam ser um parceiro importante.

O aproveitamento do potencial do Seminário das Missões e do local de nascimento de D. Nuno Álvares Pereira, que pretendi promover com a proposta que remeti para o IGESPAR, que se veio a concretizar com a classificação como Monumento de Interesse Público, sendo meu objetivo que de novo se desse atenção aquele espaço, que comemora no próximo ano 225 anos. Fico feliz por constatar pelas notícias que têm vindo a público, que após esta classificação existe abertura por parte da Sociedade Missionária para considerar essa hipótese, fundamental para o desenvolvimento desta vila, é no entanto preciso grande pro-atividade nesse sentido.



Criação de uma incubadora de empresas, existem espaços claramente subaproveitados, de que é um exemplo a antiga Escola Primária que poderia servir para acolher ideias de negócios, empresários, ou mesmo funcionar como espaços de co-working, por exemplo como polo da Inser, não se compreende porque vai a Sertã ter duas incubadoras com a abertura da SerQ e que em Cernache nada exista neste campo, como jovem preocupado com estas temáticas vos digo, só com emprego é possível estancar a perda e envelhecimento da população, pelo contacto que tenho com muitas pessoas da minha geração, a falta de emprego em Cernache do Bonjardim e no Concelho da Sertã, é o principal motivo, para não dizer o único para não viverem aqui.

Poderiam e deveriam ter sido exigidas medidas compensatórias junto do poder central, por exemplo pelo encerramento dos CTT, ou pela passividade numa solução para a EN238, em preferência para localização da captação de investimento estrangeiro ou nacional (através do AICEP) que se sediasse nesta vila criando assim postos de trabalho.

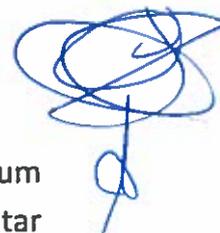
Não quero com estas palavras dizer que existe má vontade do executivo para com esta vila, porém não posso deixar de notar que existe inércia no tratamento destas questões e um empurrar para a frente, quando na sede de concelho o tratamento das suas problemáticas é bem mais expedito e célere.

Termino deixando outra frase do Dr. Gil Marçal também de há 51 anos para todos nesta assembleia refletirmos, de como pouco mudou nesta nobre vila berço de D. Nuno:

“Que o Destino nos tenha condenado à bastardia integral – de há umas tantas décadas para cá – privando-nos de tanta coisa bela e progressiva ... que a nossa rede de estradas – já de si de um traçado antiquado, rotineiro e difícil, pelas próprias condições da acidentação da região – se encontre quase intransitável, na sua maioria pelo confrangedor estado da pavimentação – não será já suficiente expiação (cuja a causa se ignora...) para lançar a desolação e a descrença nos nossos espíritos, assim, injustamente condenados, no presente, a viver em tão “apagada e vil tristeza”... Porque se condena assim Cernache – a viver, exclusivamente, da iniciativa particular dos seus naturais? – já que o pouco que por cá existe de bom ou progressivo a ela se deve?...

Os Cernachenses, como sempre, reivindicando, somente e legitimamente, os seus mais elementares direitos, desejam aguardá-las, confiada e respeitosamente.

Pedem apenas JUSTIÇA – já que não desejam por forma alguma, lesar, num milímetro sequer, os legítimos direitos de outros... com a condição elementar de que os seus sejam igualmente respeitados...”



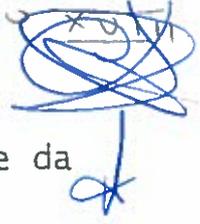
João Pedro Serdeira Nunes

Cernache do Bonjardim, 25 de Abril de 2015



Ata nº 2/2015

Anexo XVIII

ANEXO XVIII


Ex. mos Senhores, Presidente da Assembleia, Presidente da Camara e do Executivo, Comunicação Social e Público.

Eu na qualidade de membro da assembleia da união de Freguesias Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais, venho protestar o seguinte:

-Referente à estrada nº 338, mais concretamente Cernache do Bom Jardim a Ferreira do Zezere, a razão pelo qual o piso não está nas melhores condições, o grande responsável é o Sr. Calado Pina. Este Sr. No tempo do Governo Socialista anterior a este, interferiu contra a remodelação da obra que consistia num novo piso com a colocação de um tapete de alcatrão e segundo informações a eliminação de algumas curvas, pois o Sr. Calado Pina sentindo-se o Todo Poderoso e passando por cima de muita gente, não aceitou e exigiu um novo traçado. As Juntas de Freguesia de Palhais, Cabeçudo, Castelo e Nesperal entraram com dinheiro, para se colocar um placado, junto ao Ramal da Calvaria, ali esteve cerca de 3 anos a fazer publicidade de tristeza. Até hoje nada, foi tudo para o cesto dos papeis, nem tapete e muito menos um novo traçado, e quem sofre são aqueles que por lá vão passando todos os dias.

-Também procuro ao Sr. Calado Pina para quando o inicio do transporte grátis das pessoas das localidades de Várzia Pedro de Mouro, Almegue, Sambádo, Brejo da Correia, Brejo Cimeiro, Porto dos Fijos, Foz da Sertã, Mendeira, Moinho da Ribeira, Mátos de Parnpilhal, Nesperal e outros lugares não citados, fazendo parte da União de Freguesias, não têm direito ao transporte como as pessoas de toda a Freguesia de Palhais, o sol quando nasce é para todos mais no entender da mente do Sr. Presidente da União de Freguesias de Cernache do Bom Jardim Nesperal e Palhais não somos todos iguais do nascer ao morrer.



- Referente a caminhos rurais, florestais e turísticos em Palhais, está tudo ao abandono como a respectiva limpeza dos aquedutos e barreiras caídas, pois a época dos incêndios está a chegar o que pode dificultar em muito a passagem dos bombeiros, provocando o pior.

-A cerca da extinção da Junta de Freguesia de Palhais, o Sr. Calado Pina anda por aí preocupado fazer relatórios que eu nada fiz para evitar a sua extinção, o que não é verdade, pois eu entreguei um abaixo assinado na Camara Municipal da Sertã em julho de 2012 com cerca de 300 assinaturas para não ser extinta, por sua vez na Assembleia Municipal não houve qualquer votação para o evitar e assim se perderam 4 Juntas de Freguesias, podendo-se ter evitado a perda de duas.

-Aproveito para agradecer a Camara Municipal da Sertã a (continuação da) construção do depósito de água potável, no qual participei nos trabalhos do sua localização e a conduta de passagem de água para abastecer toda a Freguesia de Palhais, Também a realização das obras na estrada do Trízio ao Clube Náutico, obras estas pelas quais muito lutei e por vários anos em que estive a frente dos destinos da Junta Freguesia de Palhais fico muito agradecido por se concretizarem, apesar de não terem sido feitas uns anos mais cedo.

Tenho dito

Manuel Calado Pina